REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

# PRODESA

## 2000 - 2006

**Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores**

# Relatório Anual de Execução do Ano 2000

FEDER - FEOGA-O - FSE - IFOP

DREPA, 9/2001

ÍNDICE


Págs.

Introdução ..... 2
ANÁLISE GLOBAL ..... 3
1- Operacionalização do PRODESA ..... 4
2- Sistemas de gestão, acompanhamento e controlo ..... 9
3- Acções de divulgação, informação e publicidade ..... 12
4- Execução financeira e material ..... 13
4.1- Aprovações ..... 13
4.2- Execução financeira ..... 14
4.3- Fluxos financeiros ..... 18
4.4- Repartição por domínios de Intervenção ..... 19
5- Evolução previsível para os anos seguintes ..... 21
COMPONENTE FEDER ..... 22
1- Operacionalização ..... 23
2- Gestão, acompanhamento, controlo e divulgação ..... 24
3- Execução financeira e material ..... 26
3.3- Análise por eixo prioritário e medida ..... 31
4- Evolução previsível para os anos seguintes ..... 52
Anexo – Listagem de projectos aprovados ..... 53
COMPONENTE FSE ..... 58
1- Operacionalização ..... 59
2- Gestão, acompanhamento, controlo e divulgação ..... 60
3- Execução financeira e material ..... 61
4- Evolução previsível para os anos seguintes ..... 63
Anexo – Listagem de candidaturas aprovadas ..... 64
COMPONENTE FEOGA-0 ..... 69
1- Operacionalização ..... 70
2- Gestão, acompanhamento, controlo e divulgação ..... 73
3- Evolução previsível para os anos seguintes ..... 74
COMPONENTE IFOP ..... 75
1- Operacionalização ..... 76
2- Gestão, acompanhamento, controlo e divulgação ..... 77
3- Evolução previsível para os anos seguintes ..... 79

# Introdução

Com este relatório anual de execução do PRODESA, relativo ao ano de 2000, inicia-se um novo ciclo de acompanhamento do período de programação 2000-2006, relativo à execução do 3º Quadro Comunitário de Apoio.

A organização interna deste relatório compreende uma primeira parte onde se apresentam, em traços gerais, as tarefas desenvolvidas durante o ano em apreciação, em termos de operacionalização do programa no seu conjunto, incluindo aspectos relativos à execução material e financeira. Na segunda parte, aprofunda-se a apresentação da execução do programa, subdividida pelas áreas de intervenção de cada um dos quatro fundos estruturais que integram a estrutura de co-financiamento comunitário do PRODESA.

Este documento foi divulgado pelos membros da Comissão de Acompanhamento do PRODESA, nos termos do regulamento interno deste órgão, traduzindo esta versão as observações resultantes do processo de consulta.

DREPA, Junho de 2001

# ANÁLISE GLOBAL

# 1 - Operacionalização do PRODESA

## 1.1 – Aprovação do PRODESA

Desde o período final de execução do 2º Quadro Comunitário de Apoio, a programação do investimento público na Região tem contemplado toda a problemática associada ao novo período de programação 2000-2006, em ordem a se promover a articulação entre as grandes linhas de orientação de política regional e as orientações e instrumentos financeiros da política regional, no âmbito de 3º Quadro Comunitário de Apoio.

Num espaço onde os actores principais, públicos e privados, são conhecidos e onde os contactos são frequentes, não se deixou de realizar, em termos formais, diversas reuniões, levantamentos e auscultação dos diversos parceiros envolvidos neste processo: governo regional, autarquias locais, câmaras de comércio e indústria, associações agrícolas, sindicatos, entre outros.

Foi neste quadro que o PRODESA foi configurado como um autêntico "mini-QCA" para os Açores, compreendendo os quatro fundos estruturais, FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP, com uma estrutura assente em 5 eixos prioritários, os quais englobam 22 medidas, para além das relativas à assistência técnica. O leque de domínios de intervenção do PRODESA e o universo de beneficiários e destinatários finais são variados, o que conferiu alguma complexidade quer ao nível da preparação deste programa operacional, quer ao nível da sua operacionalização.

Após o período de negociação, com a participação das autoridades públicas regionais, nacionais e comunitárias, o PRODESA foi aprovado em Julho de 2000, conforme Decisão da Comissão (C 2000) 1784, de 28-07-2000.

## 1.2 – Complementos de Programação

Ainda no âmbito da parceria, através de novas rondas de contactos, quer ao nível regional, nomeadamente com os principais beneficiários finais do Programa, quer ao nível nacional, designadamente ao nível das questões de índole institucional, transversais a todos os programas operacionais, a autoridade de gestão, em colaboração estreita com os responsáveis regionais pela aplicação dos fundos estruturais, elaborou os Complementos de Programação, nos termos do nº 3 do artigo 18 do Regulamento nº 1260/99.

Formalmente, os Complementos de Programação foram remetidos a todos os membros da Comissão de Acompanhamento, no primeiro dia de Setembro de 2000, juntamente com a convocatória para a 1º reunião da Comissão de Acompanhamento do programa, a qual teve lugar em Angra do Heroísmo, em 29 de Setembro.

No período que precedeu a realização da reunião da Comissão de Acompanhamento, foi recebido um documento da comissão europeia, em que os diferentes serviços apontavam algumas questões a merecer esclarecimento e também com propostas pontuais de alterações, as quais na sua quase totalidade foram esclarecidas e/ou acolhidas no texto.

Mercê de algumas matérias ainda em discussão, a nível nacional e de carácter transversal, designadamente no que concerne às medidas apoiadas pelo FEOGA-O, na reunião da Comissão de Acompanhamento, para além da aprovação do Regulamento Interno, foram também aprovados os Complementos de Programação, com a ressalva, do gestor poder ainda introduzir no texto o resultado das questões pontuais ainda em discussão, para além de outras alterações de pormenor.

## 1.3 – Legislação e Regulamentação

### 1.3.1 – dos orgãos de gestão e acompanhamento

Durante o ano de 2000, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº54-A/2000, de 7 de Abril, foi publicada legislação regional, relativa aos órgãos de gestão e acompanhamento do PRODESA:

Resolução nº 121/2000 de 27 de Julho, define os órgãos de gestão e de acompanhamento e respectivas competências.

Resolução nº 122/2000 de 27 de Julho, nomeia o gestor do PRODESA e prevê a criação de uma estrutura de apoio técnico.

Resolução nº 123/2000 de 27 de Julho define a composição da Unidade de Gestão do PRODESA e da Comissão de Acompanhamento.

Foram ainda publicadas as Portarias com a composição e competências das 4 subunidades de gestão.

### 1.3.2 – das medidas

Com a aprovação dos Complementos de Programação, para a generalidade das medidas co-financiadas pelo FEDER e pelo FSE, foram reunidas as condições necessárias para o arranque da execução do programa, salvo em duas medidas, em que existiam clausulas suspensivas, por decorrerem processos de notificação de sistemas de incentivos ao investimento privado.

No caso específico do eixo 2, onde se integram as medidas co--financiadas pelo FEOGA-O e pelo IFOP, é necessária a publicação de legislação regional, com a definição da natureza e tipologia de investimentos elegíveis, o tipo de destinatários finais, condições de acesso às ajudas, entre outros requisitos.

Assim, face ao atraso na aprovação do PRODESA e do respectivo documento técnico, nas medidas apoiadas pelo FEOGA-O e IFOP

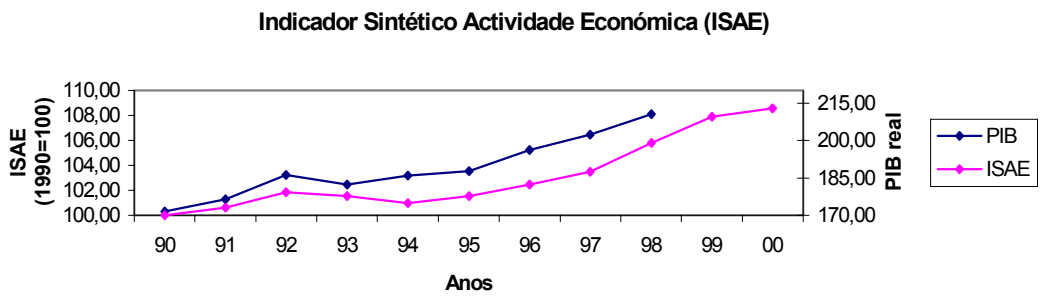
não se registaram compromissos, em virtude de legislação específica só ter começado a ser publicado no corrente ano de 2001.

## 1.4 – Envolvente Socioeconómica

Segundo as últimas estimativas do Eurostat (Março 2001), para o ano de 1998, o PIB per capita regional, medido em termos da paridade do poder de compra, terá crescido um ponto percentual relativamente à média da União Europeia. Os Açores encontram-se entre o reduzido número de regiões (35% das 211 da UE) que melhoraram a sua performance neste período. A aproximação relativa aos níveis médios europeus é consubstanciada num crescimento económico mais acentuado nos anos de 1997 e 1998, conforme evidenciam os números divulgados, se bem que continuam a ser das regiões mais pobres da União Europeia.

Na ausência de estimativas oficiais recentes do produto interno, construiu-se um indicador sintético, que agrega variáveis quantitativas dos vários sectores de actividade, o qual apresenta uma evolução praticamente coincidente com a do PIB regional.

A observação do comportamento deste indicador permite perspectivar uma evolução favorável da economia regional, podendo-se antever um crescimento razoável do PIB para o ano 2000.




Segundo os Inquéritos Trimestrais ao Emprego, a dinâmica verificada na economia regional no ano 2000 terá proporcionado a criação de 1852 postos de trabalho, representando um acréscimo de 1,9% relativamente ao ano

anterior (+ 1.73% nos homens e + 2.27% nas mulheres). De destacar que o objectivo definido no PRODESA para o período 2000-2006, apontava para a necessidade de criação líquida de cerca de 840 postos de trabalho por ano, para um valor de desemprego na vizinhança dos 5%. Em 2000, a taxa de desemprego situou-se nos 3%, sendo a taxa de actividade de 41.1%, para uma população activa de 101 494 indivíduos.

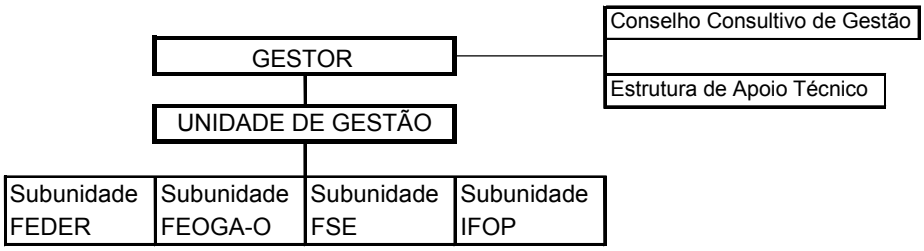
# 2 - Sistemas de gestão, acompanhamento e controlo

## 2.1 – Gestão

### 2.1.1 – Estrutura

Atendendo às características do PRODESA, programa multi-fundos, e com vista a uma maior eficiência da sua gestão, a Unidade de Gestão estrutura-se em 4 Subunidades de Gestão, uma por cada fundo estrutural, presididas pelo interlocutor regional do respectivo fundo, o qual é membro da Unidade de Gestão.

A composição das subunidades de gestão reflectem as parcerias introduzidas no âmbito da gestão, através da representação dos principais grupos de beneficiários finais dos co-financiamentos comunitários. No caso específico das Autarquias Locais, na subunidade de gestão FEDER assegura-se participação maioritária dos representantes daqueles órgãos de poder local, aquando da discussão de candidaturas promovidas por aquelas entidades. Ainda no âmbito do aprofundamento da parceria na gestão do PRODESA, está previsto um órgão de consulta do gestor, o Conselho Consultivo de Gestão, constituído por representantes do Governo Regional, da Associação de Municípios, da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, das Federações Agrícolas, das Associações de Armadores de Pesca, Centrais Sindicais e Associações Ambientais e da Promoção da Igualdade.



Em termos de articulação dos orgãos de gestão, e em particular no que respeita ao processo de aprovação e homologação de candidaturas, as subunidades de gestão formulam propostas de aprovação/não aprovação das candidaturas apreciadas, as quais são remetidas à Unidade de Gestão. Nas reuniões deste órgão, em que para além do gestor e coordenadores das subunidades de gestão, também participam os directores regionais do Ambiente e do Orçamento e Tesouro, são analisadas as propostas das subunidades, sendo as candidaturas que reúnem parecer favorável aprovadas pelo gestor. Este, nos termos da regulamentação em vigor, solicita aos membros do Governo Regional competentes a respectiva homologação.

2.1.2 – Funcionamento

No ano de 2000, a Unidade de Gestão reuniu formalmente por 4 vezes, as 2 primeiras com ordens de trabalho orientadas para as questões relativas à preparação da execução do programa, designadamente ao nível da discussão e aprovação do Regulamento Interno, ao do enquadramento legal e regulamentos das subunidades de gestão, à da análise e aprovação da proposta de Complementos de Programação. As duas últimas reuniões foram maioritariamente consagradas à análise e proposta de aprovação de candidaturas apresentadas pelas subunidades de gestão do FSE e do FEDER.

## 2.2 – Acompanhamento

Conforme referido, a Comissão de Acompanhamento reuniu por uma vez, tendo os trabalhos incidido sobre a aprovação de proposta de regulamento interno, e a aprovação dos complementos de programação, para além da troca de informações entre os diferentes representantes dos principais intervenientes na execução e acompanhamento do PRODESA – gestão do programa, representantes sectoriais, das autarquias locais, das associações empresariais, da administração central e dos serviços da comissão europeia.

Pelo facto do arranque efectivo do PRODESA só se ter concretizado no final do ano em análise, não foi convocada nenhuma reunião do Conselho Consultivo de Gestão.

## 2.3 – Sistema de Informação

Sendo o PRODESA um programa que engloba os 4 fundos estruturais, com especificidades próprias, não foi ainda possível dispor de um sistema consolidado de informação. Sem prejuízo do ponto de situação sobre esta matéria adiante exposto nos capítulos referentes à análise da execução por fundo, poder-se-á referir que a gestão do PRODESA tem sido apoiada por sistemas de informação da responsabilidade das subunidades de gestão.

Está em estudo a adopção de um sistema de informação próprio, que não será mais que a adaptação do SIFEC, com operação descentralizada, minimizando os efeitos da dispersão territorial e a atomização do universo dos beneficiários finais. Este sistema estaria preparado, não só, para a gestão corrente da informação relativa à execução das medidas co-financiadas pelo FEDER, em ligação com o sistema nacional, mas também recolheria a informação dos outros fundos, em ordem a se dispor de dados consolidados, a nível Açores, para os 4 fundos estruturais que integram o plano de financiamento do PRODESA.

## 2.4 – Controlo

Relativamente ao nível do controlo, encontram-se definidos, para cada nível, os orgãos que desenvolverão as respectivas competências. Também já foi publicado em diploma regional, a intervenção dos departamentos regionais no âmbito do controlo de 1º nível e também do departamento regional (Inspecção Regional) que, em cooperação com os de âmbito nacional, se enquadra no 2º nível de controlo.

Está em fase de preparação, o lançamento de um concurso, para a contratação de empresa(s) especializada(s) para a realização de acções de controlo de 1º nível.

## 3 - Acções de divulgação, informação e publicidade

Para além da participação de responsáveis em seminários e outros eventos do mesmo tipo, onde a problemática do PRODESA constava do respectivo programa, os orgãos de comunicação social dos Açores têm divulgado os actos mais relevantes relativos à implementação do Programa, destacando-se a aprovação do PRODESA, a realização e as conclusões da 1º Comissão de Acompanhamento (divulgada na imprensa regional e televisão), a aprovação das primeiras candidaturas.

No site da direcção regional de estudos e planeamento dos Açores (autoridade de gestão do PRODESA), em www.drepa.raa.pt/PRODESA/index.htm, apresentam-se na íntegra, o texto do PRODESA, os Complementos de Programação, para além do Manual de Apoio a candidaturas FEDER e formulários relativos a este fundo.

A DREPA, enquanto autoridade de gestão, participou ainda em 2 feiras de actividades económicas, uma no concelho da Lagoa (S. Miguel) e outra no concelho de Angra do Heroísmo, a primeira promovida pela autarquia local e a segunda pela câmara de comércio, através de um stand com placards relativos ao PRODESA, com distribuição de documentação e de CDs com a informação que se encontra no site da internet.

# 4 - Execução financeira e material

A análise financeira e material sobre a execução do PRODESA reporta-se em termos concretos às candidaturas aprovadas e homologadas, relativas às medidas co-financiadas pelo FEDER e pelo FSE que tiveram execução. Pelas razões anteriormente apontadas não se registaram aprovações no âmbito das medidas co-financiadas pelo FEOGA-O e IFOP.

## 4.1 – Aprovações

Sem prejuízo de análise detalhada, medida a medida, que se apresenta nos capítulos seguintes, relativos à execução de cada um dos fundos estruturais que integram a estrutura de financiamento do PRODESA, em termos gerais, no ano de 2000, foram aprovadas 186 candidaturas, 60 relativas a projectos FEDER e as restantes 126 relativas a projectos FSE.

Despesa Pública

A despesa pública aprovada, associada à programação das candidaturas para o ano 2000, ascendeu a cerca de 70 milhões de euros, representando cerca de 39% da despesa pública prevista no PRODESA para aquele ano.

A despesa pública aprovada, relativa a 2000, nas medidas co-financiadas pelo FEDER totalizou 52 milhões de euros, cerca de 40% da despesa pública programada no PRODESA, relativa a este fundo.

No caso do FSE, a despesa pública aprovada para 2000, cerca de 18 milhões de euros, ultrapassou a dotação anual prevista no programa, registando-se uma taxa de aprovação de 106,5%.

Fundos Estruturais

Em termos globais, tomando somente em consideração os valores para 2000 das candidaturas aprovadas, foram comprometidos cerca de 56,6 milhões de euros, mais de 40% da dotação do PRODESA, em termos de co--financiamento comunitário.

Ao nível do FEDER verificou-se uma taxa anual de compromisso de 41% e o FSE de 109%.

Em termos da distribuição dos compromissos por eixo prioritário, verifica-se que no eixo 2, que compreende as medidas co-financiadas pelo FEOGA-O e pelo IFOP, não se verificaram aprovações, pelas razões apontadas, nem nas medidas de assistência técnica. Nos restantes, pese embora ter havido apenas uma reunião das subunidades de gestão FEDER e FSE, observam-se percentagens relativamente elevadas, com destaque para o eixo 1, devido à aprovação de projectos em execução, relativos a infra-estruturas públicas, na área das acessibilidades, e também no eixo 3, por via, essencialmente, da elevada taxa de compromisso da medida apoiada pelo FSE.

## 4.2 – Execução Financeira

Em termos de execução financeira, no que respeita a despesa pública validada até 31 de Dezembro de 2000, apenas se apurou despesa dos projectos aprovados nas medidas co-financiadas pelo FEDER.

A despesa pública validada na estrutura de gestão ascendeu a 30,9 milhões de euros, representando este valor cerca de 24% da dotação do PRODESA - FEDER, programada para 2000, e cerca de 17% da dotação total do Programa, para esse ano.

PRODESA – Execução Financeira em 2000

Unid:1 000 euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % compromisso | | % execução | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | D.Pública | F.Estrut. | D.Pública | F.Estrut. | D.Pública | F.Estrut. | D.Pública | F.Estrut. | D.Pública | F.Estrut. |
| Eixo-1 | 41.255 | 35.067 | 22.619 | 19.226 | 18.177 | 15.450 | 54,8 | 54,8 | 44,1 | 44,1 |
| Eixo-2 | 35.450 | 26.985 | | | | | | | | |
| Eixo-3 | 37.279 | 31.355 | 25.096 | 21.332 | 3.202 | 2.721 | 67,3 | 68,0 | 8,6 | 8,7 |
| Eixo-4 | 33.947 | 28.855 | 11.850 | 10.073 | 5.607 | 4.766 | 34,9 | 34,9 | 16,5 | 16,5 |
| Eixo-5 | 32.699 | 18.022 | 11.401 | 6.003 | 3.949 | 1.975 | 34,9 | 33,3 | 12,1 | 11,0 |
| Assist. Técnica | 1.070 | 910 | | | | | | | | |
| **PRODESA - 2000** | **181.700** | **141.194** | **70.966** | **56.633** | **30.935** | **24.913** | **39,1** | **40,1** | **17,0** | **17,6** |
| Total Relativo FEDER | 128.302 | 99.285 | 52.003 | 40.515 | 30.935 | 24.913 | 40,5 | 40,8 | 24,1 | 25,1 |
| Total Relativo FSE | 17.800 | 14.798 | 18.963 | 16.118 | | | 106,5 | 108,9 | | |
| Total Relativo FEOGA-O | 27.981 | 22.334 | | | | | | | | |
| Total RelativoIFOP | 7.617 | 4.777 | | | | | | | | |

eixo1-Garantir as condições básicas para a melhoria da competitividade regional (FEDER)
eixo2-Incrementar a modernização da base produtiva regional(FEOGA-O e IFOP)
eixo3-Promover a Dinamização do Desenvolvimento Sustentado (FEDER e FSE)
eixo4-Apoiar o Desenvolvimento Local do Potencial Endógeno (FEDER)
eixo5-Dinamizar e fortalecer o tecido empresarial(FEDER)
Assistência Técnica(FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP)

Tomando todo o período de programação 2000-2006, quer para as dotações previstas no PRODESA, quer para a programação financeira plurianual das candidaturas aprovadas, os 2 únicos conjuntos de projectos FEDER e FSE, que foi possível aprovar pela Unidade de Gestão do PRODESA durante o ano de 2000, representam, em termos de despesa pública e de co-financiamento comunitário, mais de 11% do programado para os 7 anos de vigência deste Quadro Comunitário de Apoio, taxa que se pode considerar como elevada, atendendo às condicionantes que rodearam a operacionalização do PRODESA em 2000.

Ainda no âmbito dos compromissos, destaca-se a situação das candidaturas aprovadas na medida co-financiada pelo FSE, em que o valor da despesa pública representa perto de 1/3 da dotação prevista no programa.

Naturalmente, as taxas de execução financeira reflectem a situação de se ter apurado despesa em algumas medidas apoiadas por um único fundo estrutural (FEDER).

PRODESA – Execução Financeira em 2000 – 2006

Unid.: 1 000 euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % compromisso | | % execução | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | D.Pública | F.Estrut. | D.Pública | F.Estrut. | D.Pública | F.Estrut. | D.Pública | F.Estrut. | D.Pública | F.Estrut. |
| Eixo-1 | 246.658 | 209.659 | 30.322 | 25.773 | 18.177 | 15.450 | 12,3 | 12,3 | 7,4 | 7,4 |
| Eixo-2 | 212.547 | 161.720 | | | | | | | | |
| Eixo-3 | 233.785 | 197.169 | 44.653 | 37.955 | 3.202 | 2.721 | 19,1 | 19,2 | 1,4 | 1,4 |
| Eixo-4 | 203.090 | 172.626 | 30.127 | 25.608 | 5.607 | 4.766 | 14,8 | 14,8 | 2,8 | 2,8 |
| Eixo-5 | 195.623 | 107.819 | 17.064 | 9.147 | 3.949 | 1.975 | 8,7 | 8,5 | 2,0 | 1,8 |
| Assist. Técnica | 6.411 | 5.448 | | | | | | | | |
| **PRODESA** | **1.098.114** | **854.441** | **122.165** | **98.483** | **30.935** | **24.913** | **11,1** | **11,5** | **2,8** | **2,9** |
| Total Relativo FEDER | 767.356 | 593.791 | 84.696 | 66.634 | 30.935 | 24.913 | 11,0 | 11,2 | 4,0 | 4,2 |
| Total Relativo FSE | 117.318 | 98.173 | 37.469 | 31.849 | | | 31,9 | 32,4 | | |
| Total Relativo FEOGA-O | 167.325 | 133.554 | | | | | | | | |
| Total RelativoIFOP | 46.115 | 28.923 | | | | | | | | |

## PRODESA – EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA

*Unidade: Euro*

| Eixo prioritário / medida | | Aprovações | | | | | | Execução Elegível | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Em Unidade de Gestão | | | Homologações | | | | |
| | | Custo Total | Despesa Pública | Fundo | Custo Total | Despesa Pública | Fundo | Despesa Pública | Fundo |
| **PRODESA** | | **126 570 046** | **122 165 272** | **98 483 154** | **126 570 046** | **122 165 272** | **98 483 154** | **30 935 113** | **24 912 526** |
| **Eixo Prioritário 1** | **Garantir as condições básicas para a melhoria da competitividade regional** | **30 321 595** | **30 321 595** | **25 773 357** | **30 321 595** | **30 321 595** | **25 773 357** | **18 176 641** | **15 450 144** |
| Medida 1.1 | Infra-estruturas e equipamentos portuários e aeroportuários | 4 377 540 | 4 377 540 | 3 720 909 | 4 377 540 | 4 377 540 | 3 720 909 | 4 195 340 | 3 566 039 |
| Medida 1.2 | Infra-estruturas e equipamentos rodoviários | 11 112 319 | 11 112 319 | 9 445 471 | 11 112 319 | 11 112 319 | 9 445 471 | 5 059 461 | 4 300 542 |
| Medida 1.3 | Infra-estruturas e equipamentos de educação e cultura | 14 371 420 | 14 371 420 | 12 215 707 | 14 371 420 | 14 371 420 | 12 215 707 | 8 461 525 | 7 192 296 |
| Medida 1.5 | Protecção Civil | 460 316 | 460 316 | 391 269 | 460 316 | 460 316 | 391 269 | 460 316 | 391 267 |
| **Eixo Prioritário 3** | **Promover a dinamização do desenvolvimento sustentado** | **45 214 958** | **44 652 557** | **37 954 673** | **45 214 958** | **44 652 557** | **37 954 673** | **3 201 752** | **2 721 489** |
| Medida 3.1 | Desenvolvimento do turismo | 4 441 795 | 4 441 795 | 3 775 526 | 4 441 795 | 4 441 795 | 3 775 526 | 2 508 331 | 2 132 081 |
| Medida 3.4 | Desenvolvimento do emprego e da formação profissional | 38 031 884 | 37 469 483 | 31 849 060 | 38 031 884 | 37 469 483 | 31 849 060 | | |
| Medida 3.5 | Desenvolvimento do sistema ambiental e do ordenamento | 2 741 279 | 2 741 279 | 2 330 087 | 2 741 279 | 2 741 279 | 2 330 087 | 693 421 | 589 408 |
| **Eixo Prioritário 4** | **Apoiar o desenvolvimento local do potencial endógeno** | **30 127 249** | **30 127 249** | **25 608 161** | **30 127 249** | **30 127 249** | **25 608 161** | **5 607 238** | **4 766 153** |
| Medida 4.1 | Infra-estruturas de saneamento básico | 10 019 578 | 10 019 578 | 8 516 641 | 10 019 578 | 10 019 578 | 8 516 641 | 1 115 529 | 948 200 |
| Medida 4.2 | Rede viária municipal | 10 983 345 | 10 983 345 | 9 335 843 | 10 983 345 | 10 983 345 | 9 335 843 | 2 269 411 | 1 928 999 |
| Medida 4.3 | Educação e desporto | 1 212 408 | 1 212 408 | 1 030 547 | 1 212 408 | 1 212 408 | 1 030 547 | 1 035 271 | 879 980 |
| Medida 4.4 | Valorização do potencial endógeno | 7 911 918 | 7 911 918 | 6 725 130 | 7 911 918 | 7 911 918 | 6 725 130 | 1 187 027 | 1 008 973 |
| **Eixo Prioritário 5** | **Dinamizar e fortalecer o tecido empresarial regional** | **21 468 645** | **17 063 871** | **9 146 963** | **21 468 645** | **17 063 871** | **9 146 963** | **3 949 481** | **1 974 741** |
| Medida 5.1 | Turismo | 9 208 986 | 5 216 229 | 3 223 142 | 9 621 003 | 5 216 229 | 3 223 142 | | |
| Medida 5.3 | Energia | 11 847 642 | 11 847 642 | 5 923 821 | 11 847 642 | 11 847 642 | 5 923 821 | 3 949 481 | 1 974 741 |

## 4.3 – Fluxos Financeiros

### 4.3.1 – Transferências para o gestor

Pagamentos por conta

Sendo o PRODESA um programa multi-fundos, englobando os 4 fundos estruturais, a gestão relaciona-se com as 3 autoridades nacionais de pagamento.

Até 31 de Dezembro de 2000, em termos globais foi transferido para as contas do gestor um valor agregado de €19.321.446,51 (3.873.602.239$), representando cerca de 32%, do pagamento por conta devido ao PRODESA, nos termos do nº2 do Artigo 32º, do Regulamento (CE) Nº1260/1999, de 21 de Junho.

No que concerne às transferências relativas ao FEDER, a Direcção Geral do Desenvolvimento Regional transferiu para a conta do Gestor o montante de €16.867.121,51 (3 381 554 254$00), representando cerca de 41% do pagamento por conta relativo a este fundo.

O Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, autoridade de pagamento para o FSE, promoveu a transferência de € 2 454 325 (492 047 985$00), cerca de 36% do pagamento por conta relativo a este fundo.

O Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas não procedeu a qualquer transferência financeira para as contas FEOGA-O e IFOP do Gestor.

4.3.2 – Pedidos de Reembolso

Durante o ano foi efectuado um único pedido de reembolso, na vertente FEDER, com o valor de 16,2 milhões de euros, o qual até ao momento ainda não foi transferido.

4.3.3 – Pagamentos a Beneficiários Finais

Até 31 de Dezembro de 2000 apenas se registaram pagamentos a beneficiários finais com projectos aprovados nas medidas co--financiadas pelo FEDER.

Para os projectos aprovados, homologados e com execução financeira, devidamente validada, foi paga comparticipação FEDER no valor de €16.829.325,15 (3 373 976 764$).

Em termos de saldo (transferências - pagamentos) da conta FEDER do gestor, o ano foi encerrado com um saldo de €37.796,36 (7 577 490$).

## 4.4 – Repartição por Domínios de Intervenção

Na distribuição dos montantes relativos aos projectos aprovados, por domínio de intervenção, considerando a programação global (2000-2006) das candidaturas homologadas, observa-se que perto de metade desse valor (43,4%) respeita à intervenção no âmbito da educação e formação profissional.

As infra-estruturas de transporte e a intervenção no domínio do turismo são as que detêm, também, alguma representatividade no conjunto de candidaturas aprovadas.

Ao nível da despesa pública apurada até 31 de Dezembro de 2000, que se resumiu às candidaturas aprovadas no âmbito do FEDER, foram os projectos no âmbito das acessibilidades, os que apresentaram uma maior expressão no contexto da execução financeira das medidas.

# PRODESA APROVAÇÕES – Repartição por Domínios de Intervenção

*Unidade: Euro*

| | Eixo prioritário / medida | % do domínio no Total Programado para a medida | Homologações | | % do domínio no total das homologações | Execução | | % do domínio no total da execução |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Despesa Pública | Fundo | | Despesa Pública | Fundo | |
| | **PRODESA** | | **122 165 272** | **98 483 154** | **100,0** | **30 935 113** | **24 912 526** | **100,0** |
| **17** | **Turismo** | | **17 556 973** | **13 712 774** | **14,4** | **3 688 874** | **3 135 542** | **11,9** |
| | 3.1 Desenvolvimento do turismo | 100,0% | 4 441 795 | 3 775 526 | | 2 508 331 | 2 132 081 | |
| | 4.4 Valorização do potencial endógeno | 99,8% | 7 898 949 | 6 714 106 | | 1 180 543 | 1 003 461 | |
| | 5.1 Turismo | 100,0% | 5 216 229 | 3 223 142 | | | | |
| **23** | **Desenvolvimento da Educação e da Formação Profissional não ligada a um sector específico** | | **53 053 311** | **45 095 314** | **43,4** | **9 496 796** | **8 072 276** | **30,7** |
| | 1.3 Infra-estruturas e equipamentos de educação e cultura | 100,0% | 14 371 420 | 12 215 707 | | 8 461 525 | 7 192 296 | |
| | 3.4 Desenvolvimento do emprego e da formação profissional | 100,0% | 37 469 483 | 31 849 060 | | | | |
| | 4.3 Educação e desporto | 100,0% | 1 212 408 | 1 030 547 | | 1 035 271 | 879 980 | |
| **31** | **Infra-estruturas de Transportes** | | **26 473 205** | **22 502 224** | **21,7** | **11 524 212** | **9 795 580** | **37,3** |
| | 1.1 Infra-estruturas e equipamentos portuários e aeroportuários | 100,0% | 4 377 540 | 3 720 909 | | 4 195 340 | 3 566 039 | |
| | 1.2 Infra-estruturas e equipamentos rodoviários | 100,0% | 11 112 319 | 9 445 471 | | 5 059 461 | 4 300 542 | |
| | 4.2 Rede viária municipal | 100,0% | 10 983 345 | 9 335 843 | | 2 269 411 | 1 928 999 | |
| **32** | **Infra-estruturas de Telecomunicações e Sociedade da Informação** | | **12 969** | **11 023** | **0,0** | **6 484** | **5 512** | **0,0** |
| | 4.4 Valorização do potencial endógeno | 0,2% | 12 969 | 11 023 | | 6 484 | 5 512 | |
| **33** | **Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)** | | **11 847 642** | **5 923 821** | **9,7** | **3 949 481** | **1 974 741** | **12,8** |
| | 5.3 Energia | 100,0% | 11 847 642 | 5 923 821 | | 3 949 481 | 1 974 741 | |
| **34** | **Infra-estruturas ambientais (incluíndo água)** | | **10 019 578** | **8 516 641** | **8,2** | **1 115 529** | **948 200** | **3,6** |
| | 4.1 Infra-estruturas de saneamento básico | 100,0% | 10 019 578 | 8 516 641 | | 1 115 529 | 948 200 | |
| **35** | **Ordenamento e requalificação** | | **2 741 279** | **2 330 087** | **2,2** | **693 421** | **589 408** | **2,2** |
| | 3.5 Desenvolvimento do sistema ambiental e do ordenamento | 100,0% | 2 741 279 | 2 330 087 | | 693 421 | 589 408 | |
| **4** | **Diversos** | | **460 317** | **391 269** | **0,4** | **460 316** | **391 267** | **1,5** |
| | 1.5 Protecção Civil | 100,0% | 460 317 | 391 269 | | 460 316 | 391 267 | |

## 5 - Evolução previsível para os anos seguintes

Os atrasos verificados na aprovação do Programa e dos Complementos de Programação, para além das dificuldades inerentes à montagem de toda a operação relativa à gestão, acompanhamento e controlo, condicionaram a execução financeira do PRODESA no ano 2000, destacando-se as situações das medidas co-financiadas pelo FEOGA-O e IFOP em que não houve disponibilidade para se aprovarem as primeiras candidaturas ao PRODESA.

Estima-se que, para o biénio 2001-2002, se venha a comprometer não só o programado para esses anos como também recuperar, ao nível dos compromissos, os montantes disponíveis deste ano de 2000.

Em termos de execução financeira (despesa certificada), em função da previsão dos pedidos de reembolso, ao nível de cada fundo estrutural, prevê-se que até ao final do ano 2002 se apure uma despesa pública acumulada na ordem dos 70 - 75 % do programado para o triénio 2000-2002.

RELATÓRIO PRODESA 2000

# COMPONENTE FEDER

## 1 - Apresentação e operacionalização

Com a aprovação do PRODESA e dos Complementos de Programação, foram reunidas as condições para a execução das medidas comparticipadas pelo FEDER, na sua generalidade, salvo o caso de duas, relativas ao fomento do investimento privado, em que existiam à data clausulas suspensivas, por razão de decorreram os processos de notificação dos respectivos regimes de ajuda.

Em termos de tempo útil, face aos timings de aprovação do PRODESA e do documento técnico, restaram poucas semanas do ano de 2000 para adopção dos formulários e demais instrumentos de notação, para recepção, análise e preparação de decisão de candidaturas. Para mais, quando todo este período decorre em simultâneo com tarefas relativas ao encerramento do 2º Quadro Comunitário de Apoio.

Em termos de legislação das medidas co-financiadas pelo FEDER, foi publicada a Portaria nº56/2000, de 10 de Agosto, que define a composição e competências da subunidade de gestão FEDER.

Em Setembro foi divulgado uma primeira versão de um manual de procedimentos para a apresentação de candidaturas às medidas co-financiadas pelo FEDER.

## 2 - Gestão, Acompanhamento, Controlo e Divulgação

Subunidade de Gestão FEDER

Em 2000, a subunidade de gestão FEDER reuniu formalmente por uma vez, em 13 de Novembro, destacando-se da ordem de trabalhos a análise e proposta de aprovação das candidaturas.

Conforme já referido, a subunidade de gestão FEDER compreendeu uma primeira parte em que foram analisados todas as candidaturas, independentemente dos promotores, e uma segunda parte, reunião restrita, em que foram analisadas as candidaturas ao eixo 4 do Programa, em que os promotores são as Autarquias Locais, e em que os representantes da Associação de Municípios dos Açores detêm a maioria.

Das 63 candidaturas apreciadas, 60 reuniram parecer favorável. 2 candidaturas foram remetidas à estrutura de apoio técnico para recolha de informação adicional e para 1 candidatura apresentada foi proposta a sua não aprovação, por não reunir condições em matéria de elegibilidade. Os resultados desta reunião foram remetidos à Unidade de Gestão.

Sistema de Informação

Durante o ano de 2000, técnicos da estrutura de apoio técnico acompanharam as acções de divulgação e de formação desenvolvidas no âmbito da implementação do SIFEC. Face a atrasos na passagem do processo de desenvolvimento para o processo de produção, a base apresentava algumas incompatibilidades, com os dados disponíveis para carregamento. Registaram-se ainda dificuldades ao nível das comunicações, quer da parte da infra-estrutura central, quer mais tarde da parte das infra-estruturas locais, ao nível desta direcção regional, problemas que se têm vindo a solucionar já durante o corrente ano de 2001.

Para obviar à situação verificada em 2000, a estrutura de apoio técnico e o serviço de informática da DREPA, desenvolveram uma aplicação, em ordem à gestão financeira das medidas apoiadas pelo FEDER, a qual será abandonada logo que se

reúnam as condições necessárias ao carregamento no SIFEC da informação entretanto gerada.

Controlo

Foi acompanhada durante o ano a preparação de legislação de âmbito nacional e a consolidação de procedimentos a adoptar em matéria de controlo.

Durante o ano de 2000, o processo de validação de despesa por parte do gestor compreendeu não só os procedimentos relativos à análise formal de documentos de despesa, mas também incluiu visitas aos locais das obras, para um conjunto representativo de projectos e de promotores, no âmbito do único pedido de reembolso efectuado em 2000.

Está em preparação um concurso para contratação de empresa especializada para efeitos de controlo de 1º nível aos projectos FEDER.

Acções de divulgação

No âmbito da divulgação do programa, para além das acções referidas no ponto relativo à análise conjunta do PRODESA, designadamente a participação em eventos regionais com exposição de material relativo ao programa, e informação diversa nos orgãos de comunicação social, foi publicada, em publicidade paga, em 7 jornais da Região a lista de projectos FEDER aprovados no âmbito do PRODESA.

Conforme já referido, o site na Internet permite não só a edição dos documentos relevantes – texto do programa, complementos de programação e manual de apoio - mas também, os instrumentos de notação para acesso das candidaturas, designadamente o formulário de candidatura.

# 3 - Execução Financeira e Material

## 3.1 – Análise Global

Aprovações

A despesa pública aprovada, relativa a 2000, nas medidas co-financiadas pelo FEDER totalizou 52 milhões de euros, cerca de 40% da despesa pública programada no PRODESA, relativa a este fundo. Ao nível do co--financiamento FEDER foi comprometido um montante de 40,5 milhões de euros. Considerando a programação plurianual das candidaturas aprovadas, a taxa de aprovação, face à dotação 2000-2006 do PRODESA- FEDER, foi de 11%.

Execução Financeira

Em termos de execução financeira, no que respeita a despesa pública validada até 31 de Dezembro de 2000, esta ascendeu a 30,9 milhões de euros, representando este valor cerca de 24% da dotação do PRODESA, programada para 2000.

# PRODESA FEDER – Execução Financeira

***Unidade: Euro***

| | Designação | Programação | | Aprovações | | Execução | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | % de Aprovações | % Execução |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7=3/1 | 8=5/1 |
| | **TOTAIS** | | | | | | | | |
| | **2000** | **128 302 000** | **99 285 000** | **52 003 098** | **40 515 195** | **30 935 113** | **24 912 526** | **40,5** | **24,1** |
| | **2000 - 2006** | **767 356 000** | **593 791 000** | **84 695 789** | **66 634 094** | **30 935 113** | **24 912 526** | **11,0** | **4,0** |
| Eixo Prioritário 1 | Garantir as condições básicas para a melhoria da competitividade | | | | | | | | |
| | 2000 | 41 255 000 | 35 067 000 | 22 618 690 | 19 225 886 | 18 176 641 | 15 450 144 | 54,8 | 44,1 |
| | 2000 - 2006 | 246 658 000 | 209 659 000 | 30 321 596 | 25 773 357 | 18 176 641 | 15 450 144 | 12,3 | 7,4 |
| Eixo Prioritário 3 | Promover a dinamização do sustentado | | | | | | | | |
| | 2000 | 19 675 000 | 16 724 000 | 6 133 483 | 5 213 461 | 3 201 752 | 2 721 489 | 31,2 | 16,3 |
| | 2000 - 2006 | 117 640 000 | 99 994 000 | 7 183 074 | 6 105 613 | 3 201 752 | 2 721 489 | 6,1 | 2,7 |
| Eixo Prioritário 4 | Apoiar o desenvolvimento local do endógeno | | | | | | | | |
| | 2000 | 33 947 000 | 28 855 000 | 11 850 011 | 10 072 510 | 5 607 238 | 4 766 153 | 34,9 | 16,5 |
| | 2000 - 2006 | 203 090 000 | 172 626 000 | 30 127 248 | 25 608 161 | 5 607 238 | 4 766 153 | 14,8 | 2,7 |
| Eixo Prioritário 5 | Dinamizar e fortalecer o tecido empresarial regional | | | | | | | | |
| | 2000 | 32 699 000 | 18 022 000 | 11 400 914 | 6 003 338 | 3 949 481 | 1 974 741 | 34,9 | 12,1 |
| | 2000 - 2006 | 195 623 000 | 107 819 000 | 17 063 871 | 9 146 963 | 3 949 481 | 1 974 741 | 8,7 | 2,0 |
| Assistência Técnica | Assistência Técnica - FEDER | | | | | | | | |
| | 2000 | 726 000 | 617 000 | | | | | | |
| | 2000 - 2006 | 4 345 000 | 3 693 000 | | | | | | |

## 3.2 – Fluxos financeiros

### 3.2.1 – Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia

Segundo informação da autoridade de pagamento FEDER, até 31 de Dezembro de 2000, foram transferidas as duas parcelas relativas ao pagamento por conta FEDER do PRODESA, no valor de 41 565 mil euros. (Ver quadro anexo)

### 3.2.2 – Transferências para o gestor

Pagamentos por conta

Até 31 de Dezembro de 2000, a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, autoridade de pagamento FEDER, transferiu para a conta FEDER do Gestor o montante de €16.867.121,51 (3 381 554 254$00), representando cerca de 41% do pagamento por conta relativo a este fundo.

Este valor de transferência foi desdobrado em 2 momentos. Ainda antes da data de realização da subunidade de gestão FEDER, mais exactamente em 2 de Novembro, foi creditada na conta o valor de € 11.879.142,54 (2.381.554.254$00). Face à solicitação do gestor, de imediato, em 7 de Dezembro, esta conta foi novamente creditada com um montante de €4.987.978,97 (1.000.000.000$), não se registando qualquer estrangulamento financeiro, em termos de origem de fundos, para pagamentos a beneficiários finais.

### 3.2.3 – Pagamentos a Beneficiários Finais

No que respeita a pagamentos a beneficiários finais das medidas co-financiadas pelo FEDER, com projectos aprovados e homologados e com execução financeira, devidamente validada, no ano de 2000 foi

paga comparticipação FEDER no valor de €16.829.325,15 (3 373 976 764$).

Em termos de saldo (transferências - pagamentos) da conta FEDER do gestor, o ano foi encerrado com um saldo de €37.796,36 (7 577 490$).

# Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia

## PO Regional Açores (PRODESA)

### Situação Consolidada em 01-04-18

Un.: mil Euro

| CRÉDITOS SOBRE A CE | | | PAGAMENTOS DA CE | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | REALIZADOS | | | |
| 7% PROG. FEDER 2000-2006 | PED. PAG. INTERMÉDIOS | TOTAL CRÉDITOS | POR CONTA | POR REEMBOLSO | TOTAL PAGAMENTOS | POR SATISFAZER |
| (1) | (2) | (3)=(1)+(2) | (4) | (5) | (6)=(4)+(5) | (7)=(3)-(6) |
| 41.565 | 28.599 | **70.164** | 41.565 | 0 | **41.565** | **28.599** |

### Histórico dos Pagamentos por Conta

Un.: mil Euro

| Designação | Data | Mont. |
|---|---|---|
| 1ª parcela(3,5%) | 00-09-22 | 20.783 |
| 2ª parcela(3,5%) | 00-12-12 | 20.783 |
| TOTAL | | 41.565 |

### Histórico dos Pagamentos Intermédios

Un.: mil Euro

| Pedidos | | | Reembolsados | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Designação | Data | Mont. | Designação | Data | Mont. |
| 1º | 00-10-31 | 16.208 | | | |
| 2º | 01-04-18 | 12.391 | | | |
| TOTAL | | 28.599 | TOTAL | | 0 |

DGDR/UP 18-04-2001

## 3.3 – Análise por Eixo Prioritário e Medida

Nas páginas seguintes, em formato de ficha individualizada, apresentam-se elementos sobre os compromissos e a execução material e financeira das medidas co-financiadas pelo FEDER, nas quais se registaram aprovação de candidaturas propostas na única reunião da subunidade de gestão FEDER durante o ano de 2000.

## Eixo Prioritário 1 – GARANTIR AS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA A MELHORIA DA COMPETITIVIDADE REGIONAL

Das 5 medidas que integram este eixo, somente na medida Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde não se registaram aprovações. Em relação às demais foram aprovadas 13 candidaturas, envolvendo um total de 30,3 milhões de euros de despesa elegível e de 25,8 milhões de euros de participação comunitária FEDER.

Em termos financeiros, o valor agregado da despesa pública para 2000, nas candidaturas aprovadas, representa cerca de 55% do programado para o ano. Considerando o período de programação 2000-2006 a taxa de aprovação é de 12%.

Da distribuição dos projectos aprovados por medida, o maior número (8 projectos) dizem respeito à medida Infra-estruturas e equipamentos rodoviários, a qual absorve 37% da despesa pública e do apoio comunitário aprovado. É no entanto a medida 3. Infra-estruturas e equipamentos de educação e cultura, com 3 projectos aprovados, que apresenta o valor mais elevado de aprovações, 47% da despesa pública aprovada.

Foi executada uma despesa pública de cerca de 18,2 milhões de euros, representando uma taxa de execução financeira na ordem dos 44% em relação ao programado, também para 2000, para esta medida no PRODESA.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EIXO PRIORITÁRIO

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-ção |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 41 255 | 35 067 | 22 619 | 19 226 | 18 177 | 15 450 | 54,8 | 44,1 |
| 2000-2006 | 246 658 | 209 659 | 30 322 | 25 773 | 18 177 | 15 450 | 12,3 | 7,4 |

**MEDIDA 1:** **INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS**

No âmbito desta medida, durante o ano de 2000 foi aprovada uma única candidatura, relativa ao reforço do porto de pescas da Ribeira Quente. Trata-se de um investimento que visa garantir a estabilidade do molhe do porto e proporcionar uma maior operacionalidade desta infra-estrutura de natureza económica, a qual desempenha uma função importante no aproveitamento do potencial endógeno desta área geográfica da ilha de S. Miguel.

O montante daquela aprovação corresponde a 14,5% do total das aprovações do eixo. Considerando apenas o valor da despesa prevista para 2000 nas candidaturas aprovadas, então a taxa de aprovação da medida eleva-se para 19,5%.

Face ao programado para a medida, o valor da aprovação corresponde a 57,7% do valor previsto para 2000 e a quase 10% do previsto para 2000-2006.

Até 31 de Dezembro de 2000 foi validada uma despesa pública de 4,2 milhões de euros, a que corresponde 55,3% da programação anual e a 9,2% do período 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 7 590 | 6 452 | 4 378 | 3 721 | 4 195 | 3 566 | 57,7 | 55,3 |
| 2000-2006 | 45 387 | 38 580 | 4 378 | 3 721 | 4 195 | 3 566 | 9,6 | 9,2 |

## MEDIDA 2: INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

Nesta medida foram aprovadas 8 candidaturas. São, fundamentalmente, projectos dirigidos à reabilitação e beneficiação de estradas regionais nas ilhas de S. Miguel e Terceira, numa extensão de cerca de 27 km de intervenção; destaca-se pelos impactos esperados, o investimento de melhoria de 8 km de acessibilidade rodoviária na ligação entre os concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande.

O valor das aprovações ascende a 11 milhões de euros de despesa pública e a 9,4 milhões de euros de contribuição comunitária.

O montante das aprovações da medida, corresponde a 37% do total do valor das aprovações do eixo para o período 2000-2006. Se se considerar apenas o valor da despesa prevista para 2000 nas candidaturas aprovadas, então a taxa de aprovação da medida relativamente ao valor do eixo situa-se nos 28%.

Face ao programado para a medida, o valor das aprovações corresponde a 41,8% do valor previsto para 2000 e a 12,1% do previsto para 2000-2006.

Foi validada uma despesa pública na ordem dos 5,1 milhões de euros, representando uma taxa de execução financeira de 33,1%, quando compara com o valor programado para 2000, e de 5,5% quando compara com o programado, para 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 15 305 | 13 009 | 6 400 | 5 440 | 5 059 | 4 301 | 41,8 | 33,1 |
| 2000-2006 | 91 525 | 77 796 | 11 112 | 9 445 | 5 059 | 4 301 | 12,1 | 5,5 |

## MEDIDA 3: INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

No âmbito desta medida foram aprovadas 3 candidaturas: 2 relativas à construção de novas escolas, destinadas ao ensino básico e ao secundário na ilha de S. Miguel, com a finalidade de aumentar a oferta de equipamentos de educação (mais 65 novas salas de aula) e, 1 relativa à construção do parque desportivo da Ribeira Grande, enquadrando-se este projecto no objectivo fomento da actividade desportiva.

O valor das aprovações ascende a 14,4 milhões de euros de despesa pública e a 12,2 milhões de euros de participação comunitária.

Face ao programado para a medida, o valor das aprovações corresponde a 88,5% do valor previsto para 2000 e a 18,7% do previsto para 2000-2006.

Foi validada uma despesa pública de quase 8,5 milhões de euros, representando uma taxa de execução financeira de 65,8%, quando compara com o valor programado na medida para 2000, e de 11% em relação ao programado para 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 12 855 | 10 927 | 11 381 | 9 673 | 8 462 | 7 192 | 88,5 | 65,8 |
| 2000-2006 | 76 875 | 65 344 | 14 371 | 12 216 | 8 462 | 7 199 | 18,7 | 11,0 |

**MEDIDA 5:** **PROTECÇÃO CIVIL**

A gestão do programa aprovou em 2000, no âmbito desta medida, uma única candidatura, relativa à construção do edifício-sede do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, localizado em Angra do Heroísmo, destinado a instalar o sector de planeamento e os serviços operacionais e de telecomunicações da protecção civil regional.

As taxas de aprovação da medida situam-se nos 22,3% quando compara com o programado para 2000 e nos 3,7% quando compara com 2000-2006.

Foi validada uma despesa pública próxima dos 0,5 milhões de euros, representando uma taxa de execução financeira de 22,3%, quando compara com o valor programado para 2000, e de 3,7% em relação ao programado para 2000-2006.

**FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA**

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 2 066 | 1 756 | 460 | 391 | 460 | 391 | 22,3 | 22,3 |
| 2000-2006 | 12 330 | 10 480 | 460 | 391 | 460 | 391 | 3,7 | 3,7 |

## Eixo Prioritário 3 – PROMOVER A DINAMIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

As aprovações de candidaturas no eixo, em 2000, em número de sete, ocorreram nas medidas "desenvolvimento do turismo" e "desenvolvimento do sistema ambiental e do ordenamento". Nas medidas, "apoio ao desenvolvimento do sistema industrial, comercial e de serviços e "desenvolvimento da ciência, tecnologia e da sociedade da informação" não houve propostas de aprovações na única reunião da subunidade de gestão FEDER, situação que foi ultrapassada nas reuniões seguintes em 2001.

As aprovações deste eixo totalizam uma despesa pública de mais de 7 milhões de euros a que corresponde uma contribuição comunitária de mais de 6 milhões de euros.

O valor da despesa pública prevista para 2000 nas candidaturas aprovadas do eixo, significa cerca de 31,2% do programado para esse ano, ao passo que, considerando a relação aprovado/programado para o período 2000-2006, a taxa é de 6,1%.

Em termos de execução financeira, para os 7 projectos aprovados, foi validada uma despesa pública na ordem dos 3,2 milhões de euros, representando uma taxa de execução de 16,3% em relação ao programado para 2000, e de 4,0%, no que concerne ao período de programação 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DO EIXO

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 19 675 | 16 724 | 6 133 | 5 213 | 3 202 | 2 721 | 31,2 | 16,3 |
| 2000-2006 | 117 640 | 99 994 | 7 183 | 6 106 | 3 202 | 2 721 | 6,1 | 4,0 |

**MEDIDA 1:** **DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

No ano de 2000 há a registar a aprovação de uma candidatura, a qual se refere à 2ª fase da construção do porto de recreio de Angra do Heroísmo. Trata-se de uma infra--estrutura de apoio ao recreio e às actividades náuticas, com capacidade para 271 embarcações e com expectativas elevadas no contributo para a valorização da oferta turística regional ao nível do iatismo.

Face aos valores aprovados para o total do eixo, o valor da aprovação no montante de 4,4 milhões de euros, representa 72% do total da despesa pública para 2000 e 62% da despesa para 2000-2006.

Relativamente aos valores programados para a medida, as aprovações correspondem a 64,5% do valor previsto para 2000 e a quase 11% do previsto para 2000-2006.

A taxa de execução da despesa pública foi de 36,4% quando compara com o valor programado para 2000 e de 6,1% quando compara com o valor programado, para 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 6 886 | 5 853 | 4 442 | 3 776 | 2 508 | 2 132 | 64,5 | 36,4 |
| 2000-2006 | 41 194 | 35 015 | 4 442 | 3 776 | 2 508 | 2 132 | 10,8 | 6,1 |

**MEDIDA 5:** **APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA AMBIENTAL E DO ORDENAMENTO**

Regista-se a aprovação de 6 candidaturas em 2000, as mais significativas no âmbito da protecção da orla marítima, na ilha de S. Miguel.

Ocorreram ainda aprovações de candidaturas centradas na vertente do ordenamento, envolvendo designadamente a criação de um sistema de informação geográfica (SIG), a elaboração de planos de ordenamento e ainda de programas operacionais de recuperação ambiental.

O valor das aprovações ascende a 2,7 milhões de euros de despesa pública e a 2,3 milhões de euros de apoio comunitário.

Face aos valores aprovados para o eixo, as aprovações desta medida representam 28% do aprovado para 2000 e 38% do aprovado para 2000-2006.

Face aos valores do programado para a medida, as taxas de aprovação situam-se nos 21,8% para 2000 e nos 5,9% para 2000-2006.

A taxa de execução da despesa pública foi de 8,9% quando compara com o valor programado para 2000 e de 1,5% quando compara com o valor programado para 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 7 760 | 6 596 | 1 692 | 1 438 | 693 | 589 | 21,8 | 8,9 |
| 2000-2006 | 46 390 | 39 431 | 2 741 | 2 330 | 693 | 589 | 5,9 | 1,5 |

## Eixo Prioritário 4 – APOIAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO POTENCIAL ENDÓGENO

Através das iniciativas configuradas neste eixo prioritário, propõe-se apoiar o desenvolvimento local e de natureza endógena. Estas iniciativas competem, em exclusivo, às autarquias locais. Praticamente 27% do envelope financeiro do programa na componente FEDER está adstrito às medidas enquadradas neste eixo prioritário.

No período de 2000 foram aprovadas 29 candidaturas, representando um investimento elegível de mais de 30 milhões de euros e uma participação comunitária próxima dos 26 milhões de euros.

Observando a distribuição por medida, verifica-se que as medidas infra-estruturas de saneamento básico e rede viária municipal absorvem 70% do valor total aprovado. As aprovações registadas no âmbito da medida valorização do potencial endógeno, cerca de 26% do total, indiciam a existência de uma procura importante na vertente das iniciativas potenciadoras do desenvolvimento endógeno.

O valor da despesa pública para 2000 nas candidaturas aprovadas, corresponde a cerca de 35% do programado para o ano, ao passo que, considerando o período de programação 2000-2006 a taxa de aprovação desce para os 14,8%.

Em termos de execução financeira, foi validada uma despesa pública na ordem dos 5,6 milhões de euros, representando uma taxa de execução financeira de 16,5% em relação ao programado para 2000, e de 2,8%, no que concerne ao programado para 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DO EIXO

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 33 947 | 28 855 | 11 850 | 10 073 | 5 607 | 4 766 | 34,9 | 16,5 |
| 2000-2006 | 203 090 | 172 626 | 30 127 | 25 608 | 5 607 | 4 766 | 14,8 | 2,8 |

**MEDIDA 1:** **INFRA-ESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO**

As candidaturas aprovadas, num total de 11, abrangem fundamentalmente a remodelação e o reforço das redes de abastecimento de água e das redes de esgotos domésticos e pluviais em diversos municípios. As intervenções previstas envolvem, o aumento da capacidade de armazenamento de água para abastecimento em mais 1 600 m3, a construção de 11 estações elevatórias, a execução de 1 estação de tratamento de águas residuais e a execução de cerca de 42 km de redes de distribuição e de condutas adutoras. Na ilha do Corvo será criada uma lagoa artificial com capacidade para 15 000 m3 de água. A população servida directamente pelos investimentos aprovados, ronda os 15 mil habitantes.

O valor das aprovações ascende a 10 milhões de euros de despesa pública e a 8,5 milhões de euros de contribuição comunitária.

Face aos valores aprovados para o total do eixo prioritário, as aprovações da medida representam 37% do aprovado para 2000 e 33% do aprovado para 2000-2006.

Relativamente aos valores programados para a medida, as aprovações correspondem a 34,6% do valor previsto para 2000 e a 13,2% do previsto para 2000-2006.

A execução da despesa pública de 1,1 milhões de euros, equivale a uma taxa de execução financeira de cerca de 8,8% quando comparada com o valor programado para 2000 e a 1,5% quando comparada com o valor programado para 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 12 709 | 10 802 | 4 397 | 3 738 | 1 116 | 948 | 34,6 | 8,8 |
| 2000-2006 | 76 025 | 64 622 | 10 020 | 8 517 | 1 116 | 948 | 13,2 | 1,5 |

**MEDIDA 2:** **REDE VIÁRIA MUNICIPAL**

As candidaturas aprovadas no âmbito da rede viária municipal, inserem-se no objectivo de, através da intervenção nas infra-estruturas rodoviárias, obter padrões mais elevados de acessibilidade interna e simultaneamente estruturar a rede viária, em articulação entre os níveis regional e local.

Assinalam-se, as beneficiações previstas em arruamentos com pisos desadequados ao tráfego actual, a melhoria da circulação interna às localidades e a construção de um parque de estacionamento automóvel em Ponta Delgada, com capacidade para 442 lugares. No total, são cerca de 25 km de rede viária municipal melhorada.

O valor das aprovações ascende a 11 milhões de euros de despesa pública e a 9,3 milhões de euros de contribuição comunitária.

Face aos valores aprovados para o total do eixo prioritário, as aprovações da medida representam 40% do aprovado para 2000 e 36% do aprovado para 2000-2006.

Face ao programado para a medida, o valor das aprovações corresponde a 54,7% do valor previsto para 2000 e a 21,1% do previsto para 2000-2006.

A taxa de execução da despesa pública validada foi de 26,1% quando comparada com o valor programado para 2000 e de 4,4% quando comparada com o valor programado, para 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 8 682 | 7 380 | 4 747 | 4 035 | 2 269 | 1 929 | 54,7 | 26,1 |
| 2000-2006 | 51 941 | 44 149 | 10 983 | 9 336 | 2 269 | 1 929 | 21,1 | 4,4 |

**MEDIDA 3:** **EDUCAÇÃO E DESPORTO**

Foram aprovadas 2 candidaturas e ambas respeitantes à criação de infra-estruturas desportivas: a modernização do parque municipal de Angra do Heroísmo e a nova construção do estádio municipal da Praia da Vitória.

O valor das aprovações ascende a 1,2 milhões de euros de despesa pública e a 1 milhões de euros de contribuição comunitária.

Face aos valores aprovados para o total do eixo prioritário, as aprovações da medida representam 10% do aprovado para 2000 e 4% do aprovado para 2000-2006.

Relativamente ao programado para a medida, o valor das aprovações corresponde a 33,8% do previsto para 2000 e a 5,7% do previsto para 2000-2006.

A taxa de execução da despesa pública validada foi de 29,1% quando comparada com o valor programado para 2000 e de 4,9% quando comparada com o valor programado, para 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 3 560 | 3 026 | 1 203 | 1 022 | 1 035 | 880 | 33,8 | 29,1 |
| 2000-2006 | 21 304 | 18 108 | 1 212 | 1 031 | 1 035 | 880 | 5,7 | 4,9 |

## MEDIDA 4: VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ENDÓGENO

O conteúdo da medida apela ao aparecimento de iniciativas promovidas pelas autarquias locais, em parceria ou isoladamente, com objectivos que não se esgotam apenas na realização de infra-estruturas mas, vão mais além, e procuram concorrer para a dinamização da iniciativa privada de base local, enriquecer e valorizar a oferta turística com vista à captação de mais fluxos, tendo como pano de fundo a criação de instrumentos que permitam as condições para o correcto ordenamento do território.

A medida registou uma procura de candidaturas centrada na valorização do património cultural através, da modernização e expansão de um centro cultural na Lagoa, com um auditório com capacidade para 360 lugares, e da criação de 1 novo centro cultural em Angra do Heroísmo, dotado de diversas valências e disponibilizando um anfiteatro que poderá acolher cerca de 990 pessoas.

Assinala-se por outro lado, a aprovação de candidaturas referentes à instalação de novas formas de alojamento turístico, 1 parque de campismo com capacidade para alojar 160 pessoas e à elaboração de um plano integrado para recuperação e animação da baía de Angra do Heroísmo.

Não se considerou elegível uma candidatura, por não respeitar as elegibilidades das datas de realização da despesa.

O valor das aprovações ascende a 7,9 milhões de euros de despesa pública e a 6,7 milhões de euros de contribuição comunitária.

Face aos valores aprovados para o total do eixo prioritário, as aprovações da medida representam 13% do aprovado para 2000 e 26% do aprovado para 2000-2006.

Relativamente aos valores programados para a medida, as aprovações correspondem a 16,7% do valor previsto para 2000 e a 14,7% do previsto para 2000-2006.

A taxa de execução da despesa pública validada foi de 13,2%, quando comparada com o valor programado para 2000, e de 2,2% quando comparada com o valor programado, para 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 8 996 | 7 647 | 1 503 | 1 277 | 1 187 | 1 009 | 16,7 | 13,2 |
| 2000-2006 | 53 820 | 45 747 | 7 912 | 6 725 | 1 187 | 1 009 | 14,7 | 2,2 |

## Eixo Prioritário 5 – DINAMIZAR E FORTALECER O TECIDO EMPRESARIAL REGIONAL

Este eixo contempla os apoios a iniciativas em sectores estratégicos para a diversificação da base económica regional. Enquadra por um lado, as ajudas regionais ao investimento privado no turismo, no comércio, indústria e serviços e no desenvolvimento das redes e equipamentos de transportes e comunicações e, por outro lado, o apoio ao reforço da capacidade produtora, de transporte e distribuição de energia eléctrica, no reconhecimento do contributo decisivo destes sectores para o fortalecimento e modernização do tecido económico regional, gerador de maiores níveis de valor acrescentado e de oferta de emprego.

Encontram-se concluídos os novos diplomas regulamentadores dos sistemas de incentivos à iniciativa privada para o turismo, comércio, indústria e serviços, o que, permite antever, num futuro próximo um nível excepcional de candidaturas aprovadas nas respectivas medidas.

Está a decorrer o processo tendo em vista a notificação do sistema de incentivos previsto para apoio ao transporte colectivo regular de passageiros, o que uma vez concluído dará resposta a uma elevada procura de potenciais candidaturas.

Ao nível do eixo, em 2000, foram aprovadas um total de 11 candidaturas, representando um investimento elegível de 17 milhões de euros e uma participação comunitária de mais de 9 milhões de euros.

Verifica-se que, as aprovações no âmbito da medida energia absorvem cerca de 70% do valor total aprovado.

O valor da despesa pública prevista para 2000 nas candidaturas aprovadas, corresponde a 35% do programado para o ano, ao passo que, considerando o período de programação 2000-2006 a taxa de aprovação situa-se nos 8,7%.

Em termos de execução financeira, foi validada uma despesa pública na ordem dos 4 milhões de euros, representando uma taxa de execução financeira de 12,1% em relação ao programado para 2000, e de 2,0%, no que concerne ao período de programação 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DO EIXO

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 32 699 | 18 022 | 11 401 | 6 003 | 3 949 | 1 975 | 34,9 | 12,1 |
| 2000-2006 | 195 623 | 107 819 | 17 064 | 9 147 | 3 949 | 1 975 | 8,7 | 2,0 |

**MEDIDA 1:** **TURISMO**

Em 2000 foram aprovadas 6 candidaturas, todas no âmbito do sistema de incentivos ao turismo, SITRAA. Tratam-se de investimentos de construção e remodelação de unidades hoteleiras, cujo objectivo, através do crescimento e modernização do sector, é aumentar a oferta turística regional, o que para a situação presente se traduz num acréscimo de 205 novos quartos, de alojamento tradicional e de agro-turismo.

Em termos de emprego, os investimentos previstos vão permitir a criação de 26 novos postos de trabalho e a manutenção de 136 postos de trabalho existentes.

Quanto ao outro sistema previsto na medida, caso do SIDET, encontra-se em fase final de regulamentação, pelo que se prevê que, a breve trecho, o volume de candidaturas aumente significativamente.

O valor das aprovações totaliza 5,2 milhões de euros de despesa pública e 3,2 milhões de euros de contribuição comunitária associada.

Face aos valores aprovados para o total do eixo prioritário, as aprovações da medida representam 23% do aprovado para 2000 e 31% do aprovado para 2000-2006.

Relativamente ao programado para a medida, o valor das aprovações corresponde a 54,9% quando compara com o previsto para 2000 e a 17,9% quando compara com o previsto para 2000-2006.

Não houve despesa pública validada nesta medida, pelo que a taxa de execução financeira é nula.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 4 862 | 3 402 | 2 667 | 1 636 | | | 54,9 | |
| 2000-2006 | 29 072 | 20 350 | 5 216 | 3 223 | | | 17,9 | |

**MEDIDA 3:** **ENERGIA**

As candidaturas aprovadas no âmbito desta medida em número de 5, concorrem para alcançar os objectivos de, por um lado aumento da capacidade das centrais electroprodutoras (acréscimo de 10 MW de potência, dos quais 1,7 MW em hidroelectricidade) e, logo, reforço da oferta de energia eléctrica em locais onde se registam estrangulamentos e, por outro lado, modernização das redes de distribuição e de transporte, nos casos evidentes de desadequação face aos níveis de procura de energia eléctrica.

O valor das aprovações ascende a 11,8 milhões de euros de despesa pública e a 5,9 milhões de euros de contribuição comunitária.

Face aos valores aprovados para o total do eixo prioritário, as aprovações da medida representam 77% do aprovado para 2000 e 69% do aprovado para 2000-2006.

As taxas de aprovação da medida situam-se nos 52,4% quando compara com o programado para 2000 e nos 11,9% quando compara com o programado para 2000-2006.

Em termos de execução financeira, foi validada uma despesa pública na ordem dos 4 milhões de euros, representando uma taxa de execução financeira de 23,7% em relação ao programado para 2000, e de 4,0%, no que concerne ao programado para o período 2000-2006.

FICHA FINANCEIRA DA MEDIDA

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | Executado | | % de Aprova-ções | % Execu-tado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | Despesa Pública | FEDER | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | (3/1) | (5/1) |
| 2000 | 16 674 | 8 337 | 8 734 | 7 424 | 3 949 | 1 975 | 52,4 | 23,7 |
| 2000-2006 | 99 758 | 49 879 | 11 848 | 5 924 | 3 949 | 1 975 | 11,9 | 4,0 |

## 3.4 – Domínios de Intervenção

Na distribuição dos montantes de investimento, do único pacote de candidaturas aprovadas nas medidas FEDER, evidencia-se o peso das infra--estruturas de transporte, das energéticas e das da educação, para além da intervenção no âmbito do turismo.

De realçar ainda que neste conjunto de candidaturas aprovadas, cerca de 12% do investimento está dirigido ao sector ambiental.

Ao nível da despesa pública apurada até 31 de Dezembro, foram os projectos no âmbito das acessibilidades, os que apresentaram uma maior expressão no contexto da execução financeira das medidas.

## PRODESA FEDER APROVAÇÕES – Repartição por Domínios de Intervenção

Unidade: Euro

| Eixo prioritário / medida | % do domínio no Total Programado para a medida | Homologações | | % do domínio no total das homologações | Execução | | % do domínio no total da execução |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Despesa Pública | FEDER | | Despesa Pública | FEDER | |
| **PRODESA** | | **84 695 789** | **66 634 094** | **100,0** | **30 935 113** | **24 912 526** | **100,0** |
| **17 Turismo** | | **17 556 973** | **13 712 774** | **20,7** | **3 688 874** | **3 135 542** | **11,9** |
| 3.1 Desenvolvimento do turismo | 100,0% | 4 441 795 | 3 775 526 | | 2 508 331 | 2 132 081 | |
| 4.4 Valorização do potencial endógeno | 99,8% | 7 898 949 | 6 714 106 | | 1 180 543 | 1 003 461 | |
| 5.1 Turismo | 100,0% | 5 216 229 | 3 223 142 | | | | |
| **23 Desenvolvimento da Educação e da Formação Profissional não ligada a um sector específico** | | **15 583 828** | **13 246 254** | **18,4** | **9 496 796** | **8 072 276** | **30,7** |
| 1.3 Infra-estruturas e equipamentos de educação e cultura | 100,0% | 14 371 420 | 12 215 707 | | 8 461 525 | 7 192 296 | |
| 4.3 Educação e desporto | 100,0% | 1 212 408 | 1 030 547 | | 1 035 271 | 879 980 | |
| **31 Infra-estruturas de Transportes** | | **26 473 205** | **22 502 224** | **31,3** | **11 524 212** | **9 795 580** | **37,3** |
| 1.1 Infra-estruturas e equipamentos portuários e aeroportuários | 100,0% | 4 377 540 | 3 720 909 | | 4 195 340 | 3 566 039 | |
| 1.2 Infra-estruturas e equipamentos rodoviários | 100,0% | 11 112 319 | 9 445 471 | | 5 059 461 | 4 300 542 | |
| 4.2 Rede viária municipal | 100,0% | 10 983 345 | 9 335 843 | | 2 269 411 | 1 928 999 | |
| **32 Infra-estruturas de Telecomunicações e Sociedade da Informação** | | **12 969** | **11 023** | **0,0** | **6 484** | **5 512** | **0,0** |
| 4.4 Valorização do potencial endógeno | 0,2% | 12 969 | 11 023 | | 6 484 | 5 512 | |
| **33 Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)** | | **11 847 642** | **5 923 821** | **14,0** | **3 949 481** | **1 974 741** | **12,8** |
| 5.3 Energia | 100,0% | 11 847 642 | 5 923 821 | | 3 949 481 | 1 974 741 | |
| **34 Infra-estruturas ambientais (incluíndo água)** | | **10 019 578** | **8 516 641** | **11,8** | **1 115 529** | **948 200** | **3,6** |
| 4.1 Infra-estruturas de saneamento básico | 100,0% | 10 019 578 | 8 516 641 | | 1 115 529 | 948 200 | |
| **35 Ordenamento e requalificação** | | **2 741 279** | **2 330 087** | **3,2** | **693 421** | **589 408** | **2,2** |
| 3.5 Desenvolvimento do sistema ambiental e do ordenamento | 100,0% | 2 741 279 | 2 330 087 | | 693 421 | 589 408 | |
| **4 Diversos** | | **460 317** | **391 269** | **0,5** | **460 316** | **391 267** | **1,5** |
| 1.5 Protecção Civil | 100,0% | 460 317 | 391 269 | | 460 316 | 391 267 | |

## 4 - Evolução previsível para os anos seguintes

No total, e até ao momento (15 de Maio), há a registar a aprovação de 127 candidaturas, envolvendo uma despesa pública de 141,7 milhões de euros e um apoio do FEDER de 118,2 milhões de euros.

Em termos de execução financeira, a despesa pública atinge o valor de quase 43,1 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de realização próxima dos 30% face ao aprovado e de 5,6% face ao programado.

O volume de candidaturas prosseguiu durante 2001 a um ritmo assinalável. Deram entrada neste período na EAT, 64 processos de candidatura, apresentando um valor de despesa pública de 62,3 milhões de euros. Daqueles, foram aprovados 43 projectos, com um valor de aprovação de 35,4 milhões de euros de despesa pública e uma contribuição comunitária associada de cerca de 30 milhões de euros.

Há vários factores que permitem antever uma evolução substancialmente positiva, quer da taxa de aprovação, quer da taxa de execução, para 2001. Desde logo, a elevada carteira de candidaturas em apreciação, num total de 31 projectos, envolvendo um volume de despesa programada na ordem dos 50,9 milhões de euros e de 42,4 milhões de euros de participação comunitária solicitada. Depois, o facto da regulamentação relativa aos sistemas de incentivos ao investimento privado nos domínios do turismo, e do comércio, indústria e serviços estar concluída, levará a uma procura acentuada de candidaturas nas medidas que enquadram os respectivos sistemas. Finalmente, a existência de potenciais beneficiários que, representam áreas de intervenção importantes e que, já manifestaram a intenção de, a breve trecho, virem a apresentar candidaturas.

Atendendo ao volume de aprovações já registadas durante os primeiros meses do ano de 2001, às candidaturas em carteira para apreciação e as que são aprovadas, designadamente no âmbito do Plano a Médio Prazo 2001-2004 aprovado recentemente na Assembleia Legislativa Regional, permite a seguinte previsão dos pedidos de reembolso até ao final de 2002:

| | FEDER |
|---|---|
| 2001 | 60 milhões de euros |
| 2002 | 110 milhões de euros |

# ANEXO

## LISTAGEM DE PROJECTOS APROVADOS

## *PROGRAMA OPERACIONAL PRODESA*

**Listagem de Projectos FEDER Aprovados**

*Euro*

| Eixo/Medida/Ent. Executora/candidatura | Investimento (despesa pública) | Comparticipação FEDER |
|---|---|---|
| **TOTAIS** | **84 695 789,11** | **66 634 093,66** |
| **1 Garantir as condições básicas para a melhoria da competitividade regional** | **30 321 595,92** | **25 773 356,53** |
| **1.1** Infra-estruturas e equipamentos portuários e aeroportuários | **4 377 540,13** | **3 720 909,11** |
| 1.1.1 Reforço da Fundação do Porto de Pescas da Ribeira Quente | 4 377 540,13 | 3 720 909,11 |
| **1.2** Infra-estruturas e equipamentos rodoviários | **11 112 319,31** | **9 445 471,41** |
| 1.2.1 Reabilitação da Avenida Dr. Manuel de Arriaga nas Furnas | 176 210,33 | 149 778,78 |
| 1.2.2 Reabilitação do Ramal da E.R. 2-1ª - Ladeira da Pena | 569 447,63 | 484 030,49 |
| 1.2.3 Correcção e Reabilitação da E.R. 1-1ª entre o Largo da Silveira e os Portões de S. Pedro, incluindo a construção de uma Rotunda | 854 196,39 | 726 066,93 |
| 1.2.4 Reabilitação do troço da E.R. 3-2ª entre a Via Rápida e o Lugar de S. Joães | 654 687,20 | 556 484,12 |
| 1.2.5 Beneficiação da E.R. 9-2ª, Portal do Vento-Sete Cidades | 2 137 493,64 | 1 816 869,59 |
| 1.2.6 Construção de Muros de Pedra na Variante à E.R. 1-1ª - Nó de S. Gonçalo-Aeroporto | 536 806,30 | 456 285,35 |
| 1.2.7 Muros de Suporte da E.R. 1-2ª no Troço da Silveira - Ribeira do Meio | 440 488,42 | 374 415,16 |
| 1.2.8 Beneficiação da ER 3-1ª, entre a Saída Leste e a Envolvente à Ribeira Grande | 5 742 989,40 | 4 881 540,99 |
| **1.3** Infra-estruturas e equipamentos de educação e cultura | **14 371 419,88** | **12 215 706,90** |
| 1.3.2 Construção da Escola EB 2,3 da Maia | 5 636 291,54 | 4 790 847,81 |
| 1.3.3 Construção da Escola Secundária da Lagoa | 8 177 926,20 | 6 951 237,27 |
| 1.3.4 Construção do Parque Desportivo da Ribeira Grande | 557 202,14 | 473 621,82 |
| **1.5** Protecção Civil | **460 316,60** | **391 269,11** |
| 1.5.1 Ampliação do Edifício Sede do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores | 460 316,60 | 391 269,11 |
| **3 Promover a dinamização do desenvolvimento sustentado** | **7 183 073,79** | **6 105 612,72** |
| **3.1** Desenvolvimento do turismo | **4 441 795,27** | **3 775 525,98** |
| 3.1.3 Porto de Recreio de Angra do Heroísmo - 1ª Fase - Parte B | 4 441 795,27 | 3 775 525,98 |

# *PROGRAMA OPERACIONAL PRODESA*

## Listagem de Projectos FEDER Aprovados

*Euro*

| Eixo/Medida/Ent. Executora/candidatura | Investimento (despesa pública) | Comparticipação FEDER |
|---|---|---|
| **3.5** Desenvolvimento do sistema ambiental e do ordenamento | **2 741 278,52** | **2 330 086,74** |
| 3 . 5 . 1 Infra-estruturas Urbanísticas da Urbanização de S. João de Deus | 363 264,53 | 308 774,85 |
| 3 . 5 . 2 Sistema de Informação Geográfica (SIG) de Apoio à Gestão do Território e dos Recursos Hídricos | 144 067,80 | 122 457,63 |
| 3 . 5 . 3 Plano de Ordenamento da Costa Norte - Troço Feteiras, Fenais da Luz, Lomba de S.Pedro | 180 914,00 | 153 776,90 |
| 3 . 5 . 4 Programa Operacional de Recuperação Ambiental das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades | 230 025,64 | 195 521,79 |
| 3 . 5 . 5 Reparação do Muro de Suporte de S.Lourenço | 1 135 333,85 | 965 033,77 |
| 3 . 5 . 6 Construção da Bacia de Retenção e do seu Acesso, na Ribeira de Santiago em Água de Pau. | 687 672,71 | 584 521,80 |
| **4 Apoiar o desenvolvimento local do potencial endógeno** | **30 127 248,33** | **25 608 161,08** |
| **4.1** Infra-estruturas de saneamento básico | **10 019 577,82** | **8 516 641,14** |
| 4 . 1 . 1 Reforço do Abastecimento de Água às Freguesias dos Altares e Raminho | 406 565,18 | 345 580,40 |
| 4 . 1 . 2 Construção de uma Lagoa Artificial | 1 496 613,16 | 1 272 121,19 |
| 4 . 1 . 3 Execução das Redes de Esgotos Residuais Domésticas e Residuais Pluviais da Vila da Lagoa - 2ª Fase | 1 893 815,90 | 1 609 743,52 |
| 4 . 1 . 5 Execução e Remodelação da Rede de Água e Águas Residuais na Rua Capitão João d'Ávila | 1 941 126,88 | 1 649 957,85 |
| 4 . 1 . 6 Remodelação das Redes e Reforço de Abastecimento de Água às Freguesias de Biscoitos, Quatro Ribeiras e Fontinhas | 335 985,28 | 285 587,48 |
| 4 . 1 . 7 Abastecimento de Água ao Lagido | 510 464,78 | 433 895,06 |
| 4 . 1 . 8 Execução e Remodelação da Rede de Abastecimento de Água e Execução da Rede Colectora de Águas Residuais na Freguesia das Lajes - 2ª Fase | 1 406 630,02 | 1 195 635,52 |
| 4 . 1 . 9 Elaboração de Projectos de Remodelação das Redes de Abastecimento de Água e Sistemas Elevatórios | 110 309,15 | 93 762,78 |
| 4 . 1 . 10 Saneamento Básico na Zona do Interceptor 3 na Matriz | 1 561 317,23 | 1 327 119,64 |
| 4 . 1 . 11 Substituição da Rede de Água de Santo Amaro | 356 750,23 | 303 237,70 |
| **4.2** Rede viária municipal | **10 983 345,14** | **9 335 843,37** |
| 4 . 2 . 1 Empreitada de Beneficiação de Diversos Arruamentos do Concelho de Angra do Heroísmo - Pacote 1/Ano de 1999 | 780 005,19 | 663 004,41 |

# *PROGRAMA OPERACIONAL PRODESA*

## Listagem de Projectos FEDER Aprovados

*Euro*

| Eixo/Medida/Ent. Executora/candidatura | | Investimento (despesa pública) | Comparticipação FEDER |
|---|---|---|---|
| 4 . 2 . 2 | Empreitada de Beneficiação de Diversos Arruamentos do Concelho de Angra do Heroísmo - Pacote 1/Ano de 2000 | 1 078 450,93 | 916 683,29 |
| 4 . 2 . 3 | Construção da Estrada de Acesso à Lagoa Artificial da Ilha do Corvo | 423 249,97 | 359 762,47 |
| 4 . 2 . 4 | Reparação e Beneficiação da Rede Viária Municipal - Arranjo da Rua do Fisher e Rua da Caloura | 142 546,46 | 121 164,49 |
| 4 . 2 . 5 | Reparação e Beneficiação da Rede Viária Municipal - Arranjo de Ruas e Caminhos na Freguesia da Ribeira Chã | 354 685,21 | 301 482,43 |
| 4 . 2 . 6 | Radial do Pico do Funcho - 1ª Fase (Prolongamento Av. D. João III) | 2 595 100,81 | 2 205 835,69 |
| 4 . 2 . 7 | Execução do Parque de Estacionamento da Rua do Castilho - Ponta Delgada | 4 556 259,41 | 3 872 820,50 |
| 4 . 2 . 9 | Melhoria da Circulação Urbana nos Mosteiros | 637 164,43 | 541 589,77 |
| 4 . 2 . 10 | Reabilitação em Diversos Arruamentos da Freguesia de S.José: Ruas José Bensaúde, Teófilo Braga, da Alegria, João do Rego e 1ª Rua de Santa Clara | 399 212,90 | 339 330,96 |
| 4 . 2 . 11 | Ordenamento da Circulação e Estacionamento no Centro Urbano | 16 669,83 | 14 169,35 |
| **4.3** | Educação e desporto | **1 212 408,10** | **1 030 546,88** |
| 4 . 3 . 1 | Remodelação e Beneficiação do Campo de Jogos Municipal | 644 546,64 | 547 864,65 |
| 4 . 3 . 2 | Construção do Estádio Municipal da Praia da Vitória - Obras Complementares | 567 861,45 | 482 682,24 |
| **4.4** | Valorização do potencial endógeno | **7 911 917,28** | **6 725 129,69** |
| 4 . 4 . 1 | Melhoria da Área Envolvente da Zona Balnear do Negrito | 103 126,47 | 87 657,50 |
| 4 . 4 . 2 | Remodelação e Adaptação a Cinema com Palco do Cine Teatro Lagoense | 894 918,25 | 760 680,51 |
| 4 . 4 . 3 | Equipamento Cultural - Polivalente e Arranjos Exteriores - Atalhada | 794 455,36 | 675 287,06 |
| 4 . 4 . 6 | Empreitada de Construção do Parque de Campismo das Cinco Ribeiras | 442 593,35 | 376 204,35 |
| 4 . 4 . 7 | Projecto do Plano Integrado de Recuperação e Animação da Baía de Angra do Heroísmo | 616 504,22 | 524 028,59 |
| 4 . 4 . 8 | Construção do Centro Cultural de Angra do Heroísmo | 5 047 350,88 | 4 290 248,25 |
| 4 . 4 . 9 | Elaboração do Plano de Emergência | 12 968,75 | 11 023,43 |
| **5** | **Dinamizar e fortalecer o tecido empresarial regional** | **17 063 871,07** | **9 146 963,32** |
| **5.1** | Turismo | **5 216 228,89** | **3 223 142,23** |
| 5 . 1 . 1 | Ampliação do Hotel Talisman | 1 496 393,69 | 1 075 079,06 |

# *PROGRAMA OPERACIONAL PRODESA*

## Listagem de Projectos FEDER Aprovados

*Euro*

| Eixo/Medida/Ent. Executora/candidatura | | Investimento (despesa pública) | Comparticipação FEDER |
|---|---|---|---|
| 5 . 1 . 2 | Construção da Estalagem dos Clérigos (4 estrelas) | 1 065 242,76 | 621 392,44 |
| 5 . 1 . 3 | Ampliação da Unidade de Agro-Turismo "Quinta de Santana" | 245 413,55 | 143 155,00 |
| 5 . 1 . 4 | Construção do Hotel Residencial do Mar | 1 180 584,79 | 688 675,29 |
| 5 . 1 . 5 | Remodelação e Reclassificação do Hotel-Apartamentos Gaivota | 486 806,80 | 262 128,27 |
| 5 . 1 . 6 | Remodelação e Reequipamento do Hotel Avenida | 741 787,29 | 432 712,16 |
| **5.3** Energia | | **11 847 642,18** | **5 923 821,09** |
| 5 . 3 . 1 | Remodelação e Automatização do Aproveitamento Hidroeléctrico dos Tunéis | 2 843 148,01 | 1 421 574,01 |
| 5 . 3 . 2 | Remodelação da Linha MT a 15 kV dos Nortes (1ª Fase) | 251 394,14 | 125 697,07 |
| 5 . 3 . 3 | Ampliação da Central Termoeléctrica do Belo Jardim - Grupo 6 | 5 129 632,59 | 2 564 816,29 |
| 5 . 3 . 4 | Ampliação das Centrais Termoeléctricas de S. Jorge e Santa Maria | 2 306 641,00 | 1 153 320,50 |
| 5 . 3 . 5 | Ampliação da Rede de Transporte da Terceira | 1 316 826,45 | 658 413,22 |

RELATÓRIO PRODESA 2000

# COMPONENTE FSE

## 1 - Operacionalização da medida Apoio ao Desenvolvimento do Emprego e Formação Profissional

- No final de 1999 e no decurso do ano 2000 foram aceites os pedidos de financiamento relativos a formação a decorrer em 2000, não tendo sido possível efectuar qualquer aprovação, antes da aprovação dos complementos de programação.

  Tendo em consideração o atraso na publicação dos normativos nacionais que regulamentam a atribuição de apoios no âmbito do Fundo Social Europeu, e tal como é referido nos mesmos, a análise das candidaturas foi efectuada tendo como suporte a legislação do QCA II, para as acções de formação com início antes da entrada em vigor dos novos diplomas legais.

  Face ao exposto, a primeira reunião da Subunidade de Gestão do FSE, para apreciação dos pedidos de co-financiamento, teve lugar em 2000/10/31, tendo o Gestor efectuado as primeiras aprovações em 2000/11/10.

  Assim, só no final de 2000 foram efectuadas as primeiras notificações de decisão de aprovação aos promotores.

  Face aos atrasos verificados, só em 2001 começaram a ser enviados pelos promotores os primeiros pedidos de reembolso, os quais não se encontram na sua totalidade validados tendo em atenção que os mesmos não estavam familiarizados com este processo e há muitas correcções a fazer no preenchimento dos respectivos formulários.

  Ainda no que respeita aos pedidos de reembolso, e tendo em conta que os primeiros adiantamentos só foram efectuados em Janeiro de 2001, verifica-se que a maior parte da despesa realizada em 2000 só foi paga pelos promotores em 2001, o que vem distorcer a realidade em termos da execução financeira do ano 2000.

- Só após a publicação da legislação aplicável ao QCA III, bem como à aprovação dos Complementos de Programação, foi possível elaborar o Regulamento Específico, que aguarda parecer do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu para ser aprovado.

Foi publicada a Portaria nº 57/2000 de 2 de Agosto onde se definem a composição e competências da Subunidade de Gestão FSE.

## 2 - Gestão, acompanhamento e controlo

- No âmbito do PRODESA/FSE, deram entrada na Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, até 2000/12/31, 320 pedidos de co-financiamento, relativos à medida 3.4 – Desenvolvimento do Emprego e da Formação Profissional, no montante global de 81 604 000 euros (16.360.040 contos) e destinados a 37.822 formandos.

  Na reunião da Subunidade de Gestão de 31 de Outubro de 2000, das candidaturas entradas 126 recolheram parecer favorável e 97 foram indeferidas ou os promotores desistiram antes da respectiva decisão.

- No que respeita ao sistema de informação, ainda não se dispõe de uma base de dados que permita dar uma resposta detalhada a todos os itens previstos nos relatórios de execução, nomeadamente ao nível de execução física.

  Considerando que até há pouco tempo ainda estavam a ser definidos os níveis de detalhe da informação pretendida dos promotores, só recentemente foram elaborados os projectos de formulários a preencher pelos mesmos, a partir dos quais teremos que construir de raiz um sistema de informação eficaz.

  Neste período foi construída uma base de dados provisória que permite a gestão da informação, nomeadamente ao nível da execução financeira.

- Relativamente ao controlo, estão previstos três níveis sendo o controlo de 1º nível da responsabilidade da Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, conforme previsto na alínea b) do nº. 11 da Resolução nº. 121/2000, de 27 de Julho. Para o efeito está prevista a constituição de uma estrutura de apoio técnico através do recurso a contratos de trabalho, requisições e destacamentos.

  No ano 2000 não houve qualquer acção de controlo nacional ou comunitária à vertente FSE do PRODESA.

# 3 - Execução Financeira e Material

## 3.1 – Aprovações

No âmbito desta Medida, a despesa pública aprovada, relativa a 2000, totalizou cerca de 19 milhões de euros, valor superior à dotação programada para aquele ano. Ao nível do co-financiamento comunitário foi comprometida uma verba de 16,1 milhões de euros.

Atendendo a que algumas candidaturas contêm uma programação financeira plurianual, em termos globais (2000-2006) as 126 candidaturas aprovadas nesta medida implicam uma despesa pública aprovada de 37,5 milhões de euros, o que representa um compromisso de cerca de 32% da dotação da medida.

Apoio ao Desenvolvimento do Emprego e Formação Profissional

Unid.: 1 000 Euros

| | Programado | | Aprovado | | % Aprovação | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa Pública | FSE | Despesa Pública | FSE | Despesa Pública | FSE |
| 2000 | 17 604 | 14 631 | 18 963 | 16 118 | 107,7 | 110,2 |
| 2000-2006 | 116 145 | 97 175 | 37 469 | 31 849 | 32,3 | 32,8 |

## 3.2 – Fluxos Financeiros

O Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, autoridade de pagamento para o FSE, promoveu em 2000, à transferência de € 2 454 325 (492 047 985$00), cerca de 36% do pagamento por conta relativo a este fundo.

Os primeiros pagamentos aos beneficiários finais decorreram já no início do ano de 2001.

## 3.3 – Domínios de Intervenção

No que respeita aos compromissos assumidos por domínio de intervenção, verifica-se que o peso relativo de cada domínio, face ao total da medida 3.4, aproxima-se do previsto nos complementos de programação, com excepção da acção 3.4.4 – Valorização dos Recursos Humanos na Função Pública.

Nesta fase de transição entre Quadros Comunitários de Apoio, é natural ter-se verificado alguma contenção na formação destinada aos sectores privados, atendendo à incerteza quanto às novas regras de elegibilidade, bem como à aprovação dos projectos a executar em 2000.

Unidade: Euros

| Eixo prioritário / medida (a) | % do domínio no Total Programado para a Medida | Homologações | |
|---|---|---|---|
| | | Despesa Pública | FSE |
| Medida 3.4 - Desenvolvimento do Emprego e da Formação Profissional | 100,0% | 37.469.482,7 | 31.849.060,3 |
| 1 Formação Profissional Inicial | 55,7% | 20.854.109,6 | 17.725.993,1 |
| 2 Qualificação e Reconversão Profissional de Adultos | 4,5% | 1.701.277,2 | 1.446.085,6 |
| 3 Qualificação nos Sectores Privados | 13,7% | 5.117.189,2 | 4.349.610,8 |
| 4 Valorização dos Recursos Humanos na Função Pública | 21,0% | 7.878.072,0 | 6.696.361,2 |
| 5 Integração Social e Combate ao Desemprego de Público Fragilizado | 3,1% | 1.159.508,8 | 985.582,5 |
| 6 Igualdade de Oportunidades | 0,1% | 47.597,7 | 40.458,0 |
| 7 Fomento ao Emprego | 1,1% | 405.985,8 | 345.088,0 |
| 8 Planos de Transição para Vida Activa | 0,8% | 305.742,4 | 259.881,1 |

## 4 - Evolução Previsível para os anos seguintes

No que respeita a projectos apresentados pelos promotores, desde o início do Programa até 2001/04/30, o seu número ascende a 355, tendo já sido aprovados 237 com um custo total elegível de 53 915 000 euros (10 808 995 contos), repartidos por diversos anos, conforme se discrimina:

(unidade: 1 000 Euros)

| Ano | Aprovação | | Taxa de Compromisso DPT (%) |
|---|---|---|---|
| | DPT | FSE | |
| 2000 | 19.737 | 16.777 | 112,1 |
| 2001 | 25.753 | 21.890 | 149,2 |
| 2002 | 5.432 | 4.617 | 31,9 |
| 2003 | 2.993 | 2.544 | 17,9 |
| 2004 | | | |
| 2005 | | | |
| 2006 | | | |
| **Total** | 53.915 | 45.828 | 46,4 |

Relativamente ao total de projectos aprovados, o número de formandos abrangidos eleva-se a 36 233, repartidos por 2 837 acções de formação.

Quanto à execução financeira, validada até 2001/04/30, a mesma ascende a 2 041 mil euros (409 154 contos) (DPT).

No que respeita ao pagamentos efectuados aos promotores, já foram transferidos para as respectivas contas 4 411 mil euros (884.305 contos) (FSE), relativos a 1º adiantamentos e reembolsos de despesas pagas.

Em termos de previsão dos pedidos de reembolso até 2002, prevê-se um montante global de cerca de 29 milhões de euros, com a seguinte distribuição temporal:

2001 ..... 14,5 milhões de euros

2002 ..... 14,4 milhões de euros

# ANEXO

## LISTAGEM DE PROJECTOS APROVADOS

# LISTAGEM DE CANDIDATURAS FSE APROVADAS

Unid.: Euro

| Nº Proc. | Entidade Proponente | Cursos | Valores Propostos | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | FSE (85%) | OSS (15%) | ORAA (15%) | CONT. PRIVADA | |
| 2 | CENTRO DE SAÚDE DA PRAIA DA VITÓRIA | Formação/2000 (7 Cursos diversos) | 51 653,34 | | 9 115,30 | | 60 768,64 |
| 4 | INSTITUTO IRMÃS HOSPITALEIRAS - SCJESUS | Tap., Lavand., Emp. Mob.,Marc., Pastelaria | 349 939,01 | 61 753,94 | | | 411 692,95 |
| 11 | SECR. REG. ADJ. PRESIDÊNCIA - DROAP-CEFAPA | Programa de Formação p/ ano 2000 | 1 062 683,36 | | 187 532,36 | | 1 250 215,72 |
| 12 | SERVIÇO AÇORIANO DE LOTAS, E.P. - LOTAÇOR | Pesc., Ar. de Pesca, Mot., Mest.Cost., GMDSS | 475 959,50 | 83 992,85 | | | 559 952,35 |
| 13 | ESC. BÁS. 2,3/S BENTO ROD. VILA PORTO | Marceneiro-Carpinteiro | 33 767,83 | | 5 959,03 | | 39 726,86 |
| 14 | SECR. REG. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS | 1º e 2º Ano de Profissionalização-2000 | 109 125,01 | | 19 257,36 | | 128 382,37 |
| 15 | SECR. REG. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS | Formação Para Pessoal Não Docente | 157 239,30 | | 27 748,11 | | 184 987,42 |
| 16 | SECR. REG. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS | Estágio Integrado - 2000 | 119 521,80 | | 21 092,08 | | 140 613,88 |
| 17 | SECR. REG. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS | Plano de Formação P/ Pessoal Docente-2000 | 182 598,52 | | 32 223,27 | | 214 821,78 |
| 21 | ESCOLA SEC. GERAL, BÁSICA DA RIB. GRANDE | P.dePr.Lácteos(3ºano),Téc. El.Man.(3º ano) | 62 943,07 | | 11 107,60 | | 74 050,67 |
| 22 | INSTITUTO IRENE LISBOA | Plano de Formação - 2000 | 64 161,18 | 11 322,56 | | | 75 483,74 |
| 25 | ESCOLA PROFISSIONAL DA RIBEIRA GRANDE | Diversos Cursos | 491 342,63 | 86 707,52 | | | 578 050,15 |
| 28 | ESC. PROF. C.COMÉRCIO PONTA DELGADA | Plano de Formação 2000 | 735 066,09 | 129 717,54 | | | 864 783,63 |
| 29 | SER. AÇOR.TRANS. AÉREOS/SATA AIR Açores | Formação 2000 (58 Cursos) Diversos | 364 610,28 | 64 342,99 | | 223 813,57 | 652 766,84 |
| 31 | MANPOWER AÇORES - REC. HUMANOS, LDA | Man.Coach, Synton.,CiclosProf. Rec Humanos | 2 198,37 | 387,95 | | | 2 586,32 |
| 33 | OLIVÉRIO CABRAL DE MEDEIROS | POCP - Formação de Monitores | 1 285,42 | 226,84 | | | 1 512,26 |
| 34 | SATA INTERNACIONAL-S. TRANSPORTES SA | Formação 2000 (23 Cursos) Diversos | 812 406,15 | 143 365,79 | | 145 372,40 | 1 101 144,34 |
| 35 | C.FOR.ASSOC.ESC.TERC.,S.JOR. E GRACIOSA | Acção Ed., Rec. Mud. Hig. E Man. Prim. Soc. | 37 921,48 | | 6 692,03 | | 44 613,51 |
| 36 | ESC. SEC. GERAL BÁS. DOMINGOS REBELO | Plano de Formação P/ P. Doc. E n/Doc. 2000 | 188 256,44 | | 33 221,73 | | 221 478,17 |
| 37 | ESCOLA PROFISSIONAL DAS CAPELAS | Curso Sócio-Profissional-Apoio Dom. Serv. P. | 40 458,03 | | 7 139,65 | | 47 597,68 |
| 38 | ESCOLA PROFISSIONAL DAS CAPELAS | 4 Acções para Activos | 48 632,38 | | 8 582,18 | | 57 214,56 |
| 39 | ESCOLA PROFISSIONAL DAS CAPELAS | 8 Cursos Para Activos | 40 819,32 | | 7 203,41 | | 48 022,73 |
| 40 | ESCOLA PROFISSIONAL DAS CAPELAS | Intr. Prod. Org., rec. Aud.na Form. Profissional | 20 231,88 | | 3 570,33 | | 23 802,21 |
| 41 | ESCOLA PROFISSIONAL DAS CAPELAS | Qualificação para Activos | 38 170,91 | | 6 736,04 | | 44 906,95 |
| 42 | ESCOLA PROFISSIONAL DAS CAPELAS | Vários Cursos - Artesanato | 186 609,14 | | 32 931,02 | | 219 540,16 |
| 43 | INOVA - INST. DE IN.TECNOL. DOS AÇORES | Win98,Word2000,Access2000,Excell,Int.,Cong. Água | 12 029,99 | 2 122,94 | | | 14 152,93 |
| 44 | DIR.REG.DES.AG.SEC.REG.AG.PES.AMB.(DRDA) | Plano de Formação-1º Semestre 2000 | 104 428,60 | | 18 428,58 | | 122 857,17 |
| 45 | C. FOR.ASSOC.ESC.TERC., S. JORGE GRACIOSA | Plano de Formação p/ Pessoal Docente (2000) | 270 719,06 | | 47 773,95 | | 318 493,01 |
| 47 | NORMA-AÇORES Soc.Est. e Apoio Des.Reg., S.A. | Plano de Formação 2000 | 195 855,01 | 34 562,65 | | | 230 417,65 |
| 49 | INSTITUTO DE GEST. FINANCEIRA DA SAÚDE | Plano de Formação (33 acções) | 396 229,92 | | 69 922,93 | | 466 152,84 |
| 50 | EPROSEC | Assistente de Gestão | 40 462,78 | 7 140,49 | | | 47 603,28 |
| 51 | EPROSEC | Cursos de Informática | 29 539,41 | 5 212,84 | | | 34 752,25 |
| 53 | EPROSEC | 4 Cursos de Informática | 5 647,39 | 996,60 | | | 6 643,99 |
| 55 | ESCOLA BÁSICA 2,3 DE CAPELAS | Past., Mar. Pesc., Operador Pecuária | 150 059,25 | | 26 481,04 | | 176 540,30 |

# LISTAGEM DE CANDIDATURAS FSE APROVADAS (Continuação)

Unid.: Euro

| Nº Proc. | Entidade Proponente | Cursos | Valores Propostos | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | FSE (85%) | OSS (15%) | ORAA (15%) | CONT. PRIVADA | |
| 56 | ESCOLA BÁSICA 2,3 DE VILA FRANCA DO CAMPO | Empregado Administrativo | 23 118,70 | | 4 079,77 | | 27 198,47 |
| 61 | ESC. SEC.GERAL E BÁS. VITORINO NEMÉSIO | Téc. Seg., Emp.Adm.,C.,Carp.,Téc.Ag.Viagens | 209 300,40 | | 36 935,36 | | 246 235,76 |
| 65 | ESC. BÁS. INTEG. DE SÃO ROQUE DO PICO | Oper. Elect., Prát. Aplic. aos Ser. Comunidade | 63 405,00 | | 11 189,12 | | 74 594,12 |
| 66 | INST. DE APOIO Ë CRIANÇA - DELEG. AÇORES | Animação Lúdico-Cultural e Na. Pedagógica | 26 133,70 | 4 611,83 | | | 30 745,53 |
| 68 | ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA GRACIOSA | Op. Vitiv., Pasteleiro, Operário Multivalente | 138 194,30 | | 24 387,23 | | 162 581,53 |
| 71 | CENTROVIA-CENT. INSP.VIAT.AÇORES, LDA.» | Metol. De Inp. Veículos e Normas NPEN45004 | 8 312,94 | 1 466,99 | | 2 141,81 | 11 921,74 |
| 74 | NSL - Comércio de Aut. Máq.Ag.Ind.,Soc.Unip. | Aplicação GDMS, Prog. Av. de Gestão | 14 982,59 | 2 643,99 | | 25 898,76 | 43 525,34 |
| 76 | ESCOLA PROFISSIONAL DE NORDESTE | Curso de Informática | 44 852,97 | 7 915,23 | | | 52 768,20 |
| 78 | SINDICATO DOS TRAB. DA ADM. PÚB. - SINTAP | Vários Cursos | 177 529,54 | 31 328,74 | | | 208 858,29 |
| 80 | HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO | Formação 2000 (16 Cursos) | 170 320,32 | | 30 056,53 | | 200 376,85 |
| 82 | INST.S.JOÃO DE DEUS (CASA SAÚDE S. RAFAEL) | Plano de Formação | 578 579,62 | 102 102,29 | | | 680 681,91 |
| 83 | CENTRO FOR.ASS. ESC. FAIAL,PICO,FL. E CORVO | Plano Formação Pessoal Docente (2000) | 260 858,75 | | 46 033,90 | | 306 892,64 |
| 84 | HOSPITAL DE S. ESP.DE ANGRA DO HEROÍSMO | Plano de Formação - 2000 | 433 563,90 | | 76 511,28 | | 510 075,17 |
| 86 | ESC. PROF.CÂM. MUN. DA PRAIA DA VITÓRIA | Diversos Cursos | 15 599,10 | 2 752,78 | | | 18 351,88 |
| 87 | ESC. PROF.CÂM. MUN. DA PRAIA DA VITÓRIA | Andares e Quartos (Sist. de Aprendizagem) | 76 255,38 | 13 456,83 | | | 89 712,21 |
| 88 | ESC. PROF.CÂM. MUN. DA PRAIA DA VITÓRIA | Canteiros (2) | 33 735,69 | 5 953,36 | | | 39 689,05 |
| 89 | DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE | Vig., Guardas Nat., Guardas H., Ed. Ambiental | 58 731,71 | | 10 364,42 | | 69 096,13 |
| 91 | SERV. REG. PROTECÇÃO CIVIL DOS AÇORES | Recert.de Tripulantes de Amb. de Socorro | 37 782,23 | | 6 667,45 | | 44 449,69 |
| 92 | SERV. REG.PROTECÇÃO CIVIL DOS AÇORES | Formadores de Socorrismo Básico | 554,63 | | 97,88 | | 652,51 |
| 94 | SECRET. REG. DA EDUC. E ASSUNTOS SOCIAIS | Estagiar- Plano de Estágios | 259 881,05 | | 45 861,36 | | 305 742,42 |
| 95 | SECRET. REGI. DA EDUC. E ASSUNTOS SOCIAIS | INTEGRA- Prog. De integração de Activos | 293 963,81 | | 51 875,97 | | 345 839,78 |
| 96 | SECRET. REG. DA EDUC. E ASSUNTOS SOCIAIS | Iniciativas Locais de Emprego | 51 124,14 | | 9 021,91 | | 60 146,05 |
| 97 | SECRET. REG. DA EDUC. E ASSUNTOS SOCIAIS | | 85 206,90 | | 15 036,51 | | 100 243,41 |
| 99 | AUTO VIAÇÃO MICAELENSE, LDA.» | 4 Cursos | 1 593,90 | 281,28 | | 337,75 | 2 212,92 |
| 100 | DIRECÇÃO REG. EDUC. FÍSICA E DESPORTO | Comp. De Hab. P/ Prof. Do 1º Ciclo Ens. Bás. | 112 616,60 | | 19 873,52 | | 132 490,11 |
| 101 | ESCOLA PROFISSIONAL DE NORDESTE | 5 Cursos Diversos | 238 820,65 | 42 144,82 | | | 280 965,47 |
| 102 | NSL - Nicolau Sousa Lima, SGPS S.A. | 3 cursos de informática (DB2, RPG e CL) | 2 934,11 | 517,78 | | 379,30 | 3 831,19 |
| 103 | INSULARTRAFEGO-AG.TRANS.E TRAN.AÇORES | | 1 995,88 | 352,21 | | | 2 348,09 |
| 104 | LT - PRES. SERV. LOG. E TRANSPORTES, LDA.» | | 1 743,85 | 307,74 | | | 2 051,59 |
| 105 | ESCOLA BÁSICA 2,3 DE ARRIFES | Formação Pedagógica Inicial de Formadores | 10 599,46 | | 1 870,49 | | 12 469,95 |
| 106 | ESCOLA BÁSICA 2,3 DE ARRIFES | Diversos Cursos | 613 367,75 | | 108 241,37 | | 721 609,12 |
| 107 | ESCOLA BÁSICA 2,3 DE ANGRA DO HEROÍSMO | Jard. Floricultor, Prat. Apl.Serv. Comunidade | 100 710,49 | | 17 772,44 | | 118 482,93 |
| 113 | DIR.R.DES.AGR.SEC. REG.AG.,PES.AMBIENTE | Plano de Formação-2º Semestre 2000 | 145 953,28 | | 25 756,46 | | 171 709,74 |
| 114 | CEFANESPO-ASSOC. NAC.ESC. PROFISSIONAIS | Diversos Cursos | 111 298,24 | 19 640,87 | | | 130 939,11 |

# LISTAGEM DE CANDIDATURAS FSE APROVADAS (Continuação)

Unid.: Euro

| Nº Proc. | Entidade Proponente | Cursos | Valores Propostos | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | FSE (85%) | OSS (15%) | ORAA (15%) | CONT. PRIVADA | |
| 115 | ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DOS BISCOITOS | Mecânico Auto, Carpint., Cabeleireiro | 158 428,63 | | 27 957,99 | | 186 386,62 |
| 116 | SANTA CASA DA MIS. DE ANGRA DO HEROÍSMO | Técnico de Gestão do Ambiente | 36 044,42 | 6 360,78 | | | 42 405,20 |
| 117 | SANTA CASA DA MIS. DE ANGRA DO HEROÍSMO | Envelhecer com Qualidade | 18 408,82 | 3 248,62 | | | 21 657,44 |
| 118 | SANTA CASA DA MIS. DE ANGRA DO HEROÍSMO | Téc. De Secret. Em Org. de Econ. Social | 386 712,44 | 68 243,37 | | | 454 955,81 |
| 119 | SANTA CASA DA MIS. DE ANGRA DO HEROÍSMO | Técnico Auxiliar de Infância | 159 628,61 | 28 169,75 | | | 187 798,36 |
| 120 | SANTA CASA DA MIS. DE ANGRA DO HEROÍSMO | Serviços Jurídicos | 403 663,16 | 71 234,68 | | | 474 897,84 |
| 121 | SANTA CASA DA MIS.DE ANGRA DO HEROÍSMO | Formação Pedagógica Inicial de Formadores | 15 729,68 | 2 775,83 | | | 18 505,50 |
| 122 | SANTA CASA DA MIS. DE ANGRA DO HEROÍSMO | Ajudantes Sócio-Familiares | 50 863,55 | 8 975,92 | | | 59 839,47 |
| 123 | ESCOLA BÁSICA 2 ROBERTO IVENS | Auxiliar dasIndústrias de Madeira e Mobiliário | 62 787,32 | | 11 080,12 | | 73 867,44 |
| 124 | ESCOLA BÁSICA 2,3 CANTO DA MAIA | Refrigeração e Climatização | 47 936,62 | | 8 459,40 | | 56 396,02 |
| 127 | ESC. BÁS. 2,3 PAD. JOÃO JOSÉ AMARAL-LAGOA | Práticas Apl. Serv. Pessoais à Comunidade | 20 850,16 | | 3 679,44 | | 24 529,60 |
| 128 | ESC. BÁS. 2,3 PAD. JOÃO JOSÉ AMARAL-LAGOA | Operador de Electricidade de Edificações | 29 482,41 | | 5 202,78 | | 34 685,19 |
| 130 | ESCOLA BÁSIca 2,3 RUI GALVÃO DE CARVALHO | Empregado Comercial | 34 835,18 | | 6 147,38 | | 40 982,56 |
| 131 | ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA POVOAÇÃO | Práticas Apl. Serv. Pessoais à Comunidade | 41 158,48 | | 7 263,26 | | 48 421,74 |
| 132 | ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA POVOAÇÃO | Jardineiro Floricultor (1º, 2º e 3º Ano) | 132 424,21 | | 23 368,98 | | 155 793,19 |
| 133 | ESCOLA BÁS. E INTEG. DAS LAGES DO PICO | Mar. Carp. (3º ano), Oper.Elect. Auto (3ºano) | 51 613,64 | | 9 108,29 | | 60 721,94 |
| 134 | ESC. SEC. GERAL E BÁS. CARD. COSTA NUNES | Op. Mult., Op. Vit., Jard. Floricultor | 209 620,47 | | 36 991,85 | | 246 612,31 |
| 135 | ESC.B. 3/S PAD.JER.EM.AND.Angra do Heroísmo | Prat. Apl., S. P. Com., Op. El., T. Adminis. | 684 487,61 | | 120 791,93 | | 805 279,55 |
| 136 | COOPERATIVA JUVENTUDE AGRÍCOLA, CRL | Sanidade Animal, Ordenha e Higiene do Leite | 4 962,22 | 875,69 | | | 5 837,91 |
| 137 | ESCOLA BÁS. INTEG. DAS LAGES DO PICO | Téc. Cont., e Gestão,Mec. Aut. (1º, 2º e 3º) | 289 445,68 | | 51 078,65 | | 340 524,33 |
| 139 | ESCOLA PROF. DE VILA FRANCA DO CAMPO | Aprendizagem-Trab. Agro-Pecuária1º ano | 48 182,16 | 8 502,73 | | | 56 684,89 |
| 140 | ESCOLA PROFISSIONAL DA HORTA | Diversos Cursos | 318 777,01 | 56 254,77 | | | 375 031,77 |
| 141 | ESCOLA PROFISSIONAL DA ILHA DE S. JORGE | Diversos Cursos | 743 527,70 | 131 210,77 | | | 874 738,48 |
| 142 | ESCOLA PROFISSIONAL DA ILHA DE S. JORGE | Form. Ped. Inic. De Form.,Aperf. Ped. Formad. | 27 198,20 | 4 799,68 | | | 31 997,89 |
| 145 | ESC. PROF. DA CÂM. MUN. DA PRAIA DA VITÓRIA | Diversos Cursos | 71 827,33 | 12 675,41 | | | 84 502,74 |
| 146 | ESC. PROF DA CÂMARA DO COM. P.DELGADA | 7 Cursos Diversos | 619 088,18 | 109 250,85 | | | 728 339,03 |
| 148 | ASSOC.DESENVOL.L.ILHA PICO-ESC.PROF.PICO | Formação Pedagógica Formadores | 11 176,68 | 1 972,35 | | | 13 149,03 |
| 149 | ASSOC.DESENVOL.L.ILHA PICO-ESC.PROF.PICO | Diversos Cursos | 1 037 291,21 | 183 051,39 | | | 1 220 342,60 |
| 151 | CEDESFOR-C. Des. For. Prof.I, Soc. Unip.I, Lda | Diversos Cursos | 85 063,29 | 15 011,17 | | | 100 074,46 |
| 154 | HOSPITAL DIVINO Espírito SANTO | Reanimação Cárdio-Respiratória | 5 702,81 | | 1 006,38 | | 6 709,19 |
| 156 | ESC. PROF. MONS. JOÃO MAUR. AM. FERREIRA | 4 Cursos Nível III | 63 637,15 | 11 230,08 | | | 74 867,23 |
| 158 | MANPOWER AÇORES-REC. HUMANOS, LDA | Diversos Cursos | 2 013,00 | 355,23 | | | 2 368,23 |
| 159 | MANPOWER AÇORES-REC. HUMANOS, LDA | Diversos cursos | 9 100,99 | 1 606,06 | | | 10 707,05 |
| 160 | MANPOWER AÇORES-REC. HUMANOS, LDA | Form. In. Form., Aperf. Ped. De Formadores | 14 339,02 | 2 530,42 | | | 16 869,44 |

# LISTAGEM DE CANDIDATURAS FSE APROVADAS (Continuação)

Unid.: Euro

| Nº Proc. | Entidade Proponente | Cursos | Valores Propostos | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | FSE (85%) | OSS (15%) | ORAA (15%) | CONT. PRIVADA | |
| 161 | MANPOWER AÇORES-REC. HUMANOS, LDA | Diversos Cursos | 28 882,15 | 5 096,85 | | | 33 979,00 |
| 164 | ESCOLA PROFISSIONAL DAS CAPELAS | 37 Acções | 3 771 401,58 | | 665 541,45 | | 4 436 943,03 |
| 174 | BENSAUDE TURISMO, S.G.P.S. , S.A. | Manager/Dep. Heads-Cat. A/Dep. Cat. Person. | 106 580,17 | 18 808,27 | | 159 292,64 | 284 681,08 |
| 177 | SEC. REG. DA EDUCE ASSUNTOS SOCIAIS | Complementos de Formação 2000/2002 | 2 755 046,57 | | 486 184,69 | | 3 241 231,26 |
| 180 | INTRA - REDES INFORMÁTICA, LDA | 6 Cursos (Diversos) | 92 934,99 | 16 400,29 | | | 109 335,29 |
| 183 | CEDESFOR-C. Des. For. Prof., Soc. Unip., Lda | Diversos Cursos | 2 422 994,66 | 427 587,29 | | | 2 850 581,96 |
| 184 | ESC. BÁS. E SEC.DR. MANUEL DE ARRIAGA | Empregado Comercial | 22 138,57 | | 3 906,81 | | 26 045,38 |
| 185 | ESC. PROF. DA CÂM. MUN. DA PRAIA DA VITÓRIA | Diversos Cursos | 2 779 885,68 | 490 568,06 | | | 3 270 453,75 |
| 187 | ESCOLA BÁSICA 2,3 PADRE MAURÍCIO FREITAS | Téc. De Elect. De manutenção (3º ano) | 28 084,86 | | 4 956,15 | | 33 041,01 |
| 188 | ESCOLA BÁSICA 2,3 PADRE MAURÍCIO FREITAS | Técnico de Gestão Agrícola (3º ano) | 21 652,66 | | 3 821,06 | | 25 473,72 |
| 190 | CEDESFOR-C. Des. e For.Prof., Soc. Unip., Lda | Assistente de Gestão | 41 354,61 | 7 297,87 | | | 48 652,48 |
| 191 | SOCIEDADE AÇOREANA DE SABÕES, AS | Higiene, Seg.,Prev., sold. (Aperfeiçoamento) | 3 342,73 | 589,89 | | 2 767,25 | 6 699,87 |
| 192 | CONTROLAUTO-AÇORES CON.TÉC.AUT., LDA | Inspectores de Veículos | 19 413,70 | 3 425,95 | | 1 481,43 | 24 321,08 |
| 193 | 118 - CENT. DE ESTUDOS E PROJECTOS, LDA | Espec. Em Seg. Trab. Const., Gestão e Coord. | 5 142,66 | 907,53 | | 917,98 | 6 968,17 |
| 202 | INSCO - INSULAR DE HIPERMERCADOS, AS | Plano de Formação | 565 958,25 | 99 874,99 | | | 665 833,24 |
| 204 | ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DO NORDESTE | Operador Florestal | 28 708,12 | | 5 066,14 | | 33 774,26 |
| 219 | Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais | PROSA | 550 436,58 | | 97 135,87 | | 647 572,45 |
| 24 | EMPRESA DE ELECTRIC. DOS AÇORES, EP | Plano de Formação 2000 | 349 831,57 | 61 734,98 | | | 411 566,55 |
| 27 | F.REG. FOM.DESP.-DIR.REG.EDU.EDESPORTO | Act. RítmicasExp.,Dança, Av. Educ. Física | 43 544,75 | 0,00 | 7 684,37 | | 51 229,12 |
| 46 | ESCOLA PROF. DE VILA FRANCA DO CAMPO | Op. Hort-Flor., Op. Elect.,Téc. Tur.Téc. Anim. | 246 058,83 | 43 422,15 | | | 289 480,97 |
| 52 | CONFIRH, COM.,FOR., INV. E REC. HUM.,LDA.» | Diversos Cursos | 285 557,59 | 50 392,52 | | | 335 950,11 |
| 69 | ESCOLA PROFISSIONAL DA HORTA | Curso de Prestador de Serviços a Idosos (2) | 19 048,49 | 3 361,50 | | | 22 409,99 |
| 85 | ESC. PROF.CÂM. MUN. DA PRAIA DA VITÓRIA | Cozinha e Pastelaria | 434 214,81 | 76 626,14 | | | 510 840,95 |
| 150 | INOVA | Diversos Cursos | 44 644,24 | 7 878,40 | | | 52 522,64 |
| | | **TOTAL** | **31 849 060,31** | **2 909 638,47** | **2 710 783,94** | **562 402,89** | **38 031 885,61** |

RELATÓRIO PRODESA 2000

# COMPONENTE FEOGA-O

## 1 - Operacionalização das medidas co-financiadas pelo FEOGA-O

Este relatório refere-se à execução das Medidas co-financiadas pelo FEOGA-O:

- **Medida 2.1** : **Promoção do Desenvolvimento Sustentado das Zonas Rurais**, do Eixo Prioritário nº 2 – "Incrementar a Modernização da Base Produtiva Tradicional"

- **Medida 2.2** : **Incentivos à Modernização e Diversificação do Sector Agro-Florestal,** do Eixo Prioritário nº 2 – "Incrementar a Modernização da Base Produtiva Tradicional"

- **Medida 6.2** : **Assistência Técnica - FEOGA-O**, da Assistência Técnica do PRODESA

- Os Complementos de Programação (CP) foram aprovados no final de Setembro de 2000, limitando a 3 meses o período de plena operacionalidade do PRODESA no ano de 2000.

  Por outro lado, o processo de discussão dos Complementos de Programação com a CE, após a sua notificação formal, apenas terminou em Março de 2001, no que se refere especificamente às Medidas relativas à Agricultura. Esta discussão teve por base as observações dos serviços competentes da CE transmitidas ao Gestor em 22 de Dezembro de 2000, bem como outras observações posteriores dos mesmos serviços, relativas a acções previstas nos Programas Operacionais correspondentes do Continente, com conteúdo idêntico às do PRODESA.

  Tal facto condicionou, naturalmente, a execução das Medidas 2.1, 2.2 e 6.2, apresentada neste relatório, nomeadamente aos seguintes níveis:

  - a publicação da legislação regional de aplicação das Acções e Sub-acções das Medidas 2.1 e 2.2 só se pôde iniciar em 2001;

  - a despesa já realizada relativa a projectos apresentados ao abrigo dos regimes de ajudas que vigoraram no QCA II (p. ex. Matadouros de S. Miguel e Flores) não pôde ser reembolsada e registada como execução no ano

2000 em virtude da necessidade prévia de regulamentação regional publicada, que permitisse o enquadramento destes projectos na nova regulamentação;

- a apresentação de novas candidaturas a partir de 1 de Janeiro de 2000 ficou impossibilitada, em virtude de não existir regulamentação regional publicada;
- a execução financeira das Medidas 2.1, 2.2 e 6.2, no ano 2000, foi nula.

- A legislação regional de aplicação das Acções e Sub-acções das Medidas 2.1 e 2.2 começou a ser publicada em 1 de Fevereiro de 2001, tendo-se dado prioridade às Acções e Sub-acções com maior impacto no sector agrícola.
  - **Portaria nº 9/2001**, de 1 de Fevereiro, que regulamenta a aplicação das seguintes Acções da Medida 2.2:
    - Acção 2.2.1 – Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas
    - Acção 2.2.2 – Apoio à Instalação de Jovens Agricultores
  - **Portaria nº 10/2001,** de 1 de Fevereiro, que regulamenta a aplicação Acção 2.2.4 – Apoio ao Investimento das Empresas de Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Florestais, da Medida 2.2.
  - **Portaria nº 19/2001,** de 15 de Março, que regulamenta a aplicação das seguintes Acções e Sub-Acções da Medida 2.1:
    - Acção 2.1.1 – Ordenamento Agrário:
      - Sub-Acção 2.1.1.1 – Estruturação Fundiária
      - Sub-Acção 2.1.1.2 – Caminhos agrícolas e rurais
      - Sub-Acção 2.1.1.3 – Abastecimento de água
      - Sub-Acção 2.1.1.4 – Abastecimento de energia eléctrica
    - Acção 2.1.2 – Infra-estruturas Regionais de Abate
  - **Portaria nº 26/2001**, de 10 de Maio, que regulamenta a aplicação da Sub-Acção 2.2.3.1-Beneficiação do Sector Florestal, da Medida 2.2.

A legislação publicada define a natureza e objectivos dos investimentos, os investimentos e despesas elegíveis, o tipo de beneficiários e condições de acesso às ajudas, a forma e valor das ajudas, os processos de candidatura (apresentação, hierarquização, decisão) e as regras para a execução dos projectos e para a realização de pagamentos. Esta legislação é complementada com formulários próprios de candidatura e circulares de aplicação.

- No que se relaciona com a gestão, foi publicada a **Portaria nº 67/2000** de 6 de Outubro, onde se definem a composição e as competências da subunidade de gestão FEOGA-O.

## 2 - Gestão, Acompanhamento e Controlo

- Pelas razões atrás explicitadas, durante o ano 2000 não se realizou nenhuma reunião formal da subunidade de Gestão FEOGA-O, para efeitos de aprovação de candidaturas. Porém, elementos deste órgão participaram activamente, não só nos trabalhos relativos à preparação das medidas co-financiadas pelo FEOGA-O, mas também nas tarefas conducentes à elaboração e negociação do Programa e respectivo documento técnico.

- O sistema de informação relativo às Medidas co-financiadas pelo FEOGA-O está a ser desenvolvido com base no sistema informático do IFADAP, Instituto que está a assegurar a coordenação técnica do processo que conduz à montagem do sistema. O sistema deverá estar operacional em 2001. Este sistema integrará toda a informação disponível ao nível do projecto desde a recepção, à execução e encerramento, até níveis agregados de informação.

- Foram acompanhados os trabalhos relativos à definição do sistema de controlo a adoptar.

- Sem prejuízo de acções pontuais de divulgação do programa junto dos beneficiários finais dos co-financiamentos, pelo atraso da aprovação do documento técnico de programação, não foram desenvolvidas acções específicas neste âmbito.

- O Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), autoridade de pagamento para o FEOGA-O, não procedeu a qualquer transferência financeira para a conta respectiva do Gestor.

## 3 - Evolução Previsível para os Anos Seguintes

A primeira aprovação de candidaturas, relativa às Medidas do PRODESA co-financiadas pelo FEOGA-O, teve lugar em Maio de 2001. Tendo em atenção as candidaturas aprovadas, as candidaturas em carteira e o ritmo estimado de novas candidaturas, as previsões de pedidos de pagamento para os anos 2001 e 2002 são as seguintes:

| | |
|---|---|
| 2001 ..... | 6,4 milhões de euros |
| 2002 ..... | 53,6 milhões de euros |

RELATÓRIO PRODESA 2000

# COMPONENTE IFOP

## 1 - Operacionalização das medidas co-financiadas pelo IFOP

Este relatório refere-se à execução das Medidas co-financiadas pelo IFOP:

- **Medida 2.3 – Apoio ao Desenvolvimento das Pescas**, do Eixo Prioritário nº 2 – "Incrementar a Modernização da Base Produtiva Tradicional"
- **Medida 2.4 – Ajustamento do Esforço de Pesca**, do Eixo Prioritário nº 2 – "Incrementar a Modernização da Base Produtiva Tradicional"
- **Medida 6.4** : **Assistência Técnica - IFOP**, da Assistência Técnica do PRODESA

Após a aprovação dos Complementos de Programação iniciaram-se os trabalhos relativos à elaboração da regulamentação regional de forma a estabelecer as condições de aplicação de cada uma das acções previstas na Medida 2.3 – Apoio ao Desenvolvimento das Pescas e da Medida 2.4. Ajustamento do Esforço de Pesca.

Até ao momento foram elaboradas seis portarias, que aguardam parecer do IFADAP, para serem posteriormente notificadas à Comissão Europeia:

. Modernização dos equipamentos dos Portos de Pesca – Públicos

. Modernização dos Equipamentos dos Portos de Pesca – Privados

. Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura

. Cessação Definitiva de Embarcações de Pesca por Transferência para País Terceiro ou Afectação a outros fins;

. Cessação Definitiva de Embarcações de Pesca por Demolição;

. Constituição de Sociedades Mistas.

Foi publicada a Portaria nº 68/2000 de 6 de Outubro, que estabelece a composição e competências da Subunidade de Gestão IFOP.

## 2 - Gestão, Acompanhamento e Controlo

- No ano 2000, em termos formais, não se realizou nenhuma reunião da subunidade de gestão IFOP. Porém, através de contactos e auscultações junto de potenciais destinatários dos co-financiamentos comunitários, apurou-se a existência de projectos, em execução, em 26 portos de pesca, no valor global de 967.122 contos, da responsabilidade do Serviço Açoriano de Lotas, E.P. – LOTAÇOR.

- O sistema de informação a utilizar na componente IFOP do PRODESA, será igual à utilizada pela Direcção Geral das Pescas e da Aquacultura, que disponibilizará a base de dados, enquanto entidade responsável pela gestão nacional do IFOP.

  De acordo com informações obtidas a Direcção Geral das Pescas e da Aquacultura tem em curso um procedimento de concurso público para a adjudicação dos serviços de elaboração de um sistema de informação integrado. Espera-se que todo o procedimento esteja concluído até Julho deste ano.

  Como o prazo previsto para a realização dos trabalhos é de 9 meses prevê-se a sua conclusão até final do 1º semestre de 2002. Considerando eventuais trabalhos de migração de dados, formação e adaptação a novas tecnologias de trabalho é razoável supor que este sistema de informação esteja totalmente operacional até ao fim de 2002.

  Tendo em conta que os prazos previstos são incompatíveis com as exigências do sistema de informação do III QCA, optou-se por manter em funcionamento o sistema de informação do QCA II. Para o efeito, este sistema encontra-se a sofrer alterações para permitir o seu funcionamento e responder às novas exigências de informação e de relatórios previstos nas novas disposições regulamentares, como sejam, Regulamento (CE) nº 438/2001, aplicável a todos os fundos estruturais, Reg. (CE) nº 366/2001, aplicável ao IFOP, a legislação nacional que se encontra em preparação sobre o Sistema Nacional de Controlo.

- Foram acompanhados os trabalhos relativos à definição do sistema de controlo a adoptar.

- Para além de acções pontuais relativas à divulgação do Programa, procedeu-se à publicação de um resumo das medidas incluídas no PRODESA, no Boletim Informativo “Mar Azul”, que é distribuído por todos os intervenientes da fileira da pesca.

- O Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), autoridade de pagamento para o IFOP, não procedeu a qualquer transferência financeira para a conta respectiva do Gestor.

## 3 - Evolução Previsível para os anos seguintes

Pese embora o atraso existente na operacionalização das medidas co-financiadas pelo IFOP, ainda com reflexos no corrente ano de 2001, prevê-se que a partir de 2002 se possa adequar o ritmo de execução, em ordem à absorção do apoio comunitário disponibilizado no PRODESA, para este sector relevante da actividade económica regional.

Assim, prevê-se, a nível dos pedidos de reembolsos, um valor de co-financiamento IFOP de cerca de 5,6 milhões de euros, com a seguinte distribuição anual:

2001 ..... 0,3 milhões de euros

2002 ..... 5,3 milhões de euros